

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

O NÍVEL DE SOCIALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS
EM RELAÇÃO AO PROCESSO PRODUTIVO DE BLUMENAU

MARGIT WUNDERLICH DE ARRUDA

Orientador: Profº Dr. Vilmar Vidor da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis - SC

Abril/1992

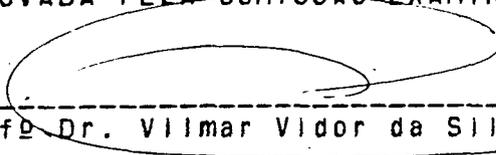
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

O NÍVEL DE SOCIALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS
EM RELAÇÃO AO PROCESSO PRODUTIVO DE BLUMENAU

MARGIT WUNDERLICH DE ARRUDA

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia,
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do
Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da
UFSC, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 28 / 04 / 1992


----- Orientador
Prof^o Dr. Vilmar Vidor da Silva


----- Go-orientador
Prof^o Dr. Armen Mamigonian


----- Membro
Prof^o Msc. Ivo Sostisso

Florianópolis - SC

Abril/1992

Às minhas filhas Evelyn Louise
e Karin Cristine, que por
muito tempo foram privadas de
minha companhia, dedico o
fruto desta ausência.

A G R A D E C I M E N T O S

Ao Prof^o Vilmar Vidor da Silva, pela orientação segura na elaboração deste trabalho.

Ao Prof^o Armen Mamigonian, pela co-orientação precisa e paciente, durante a fase de pesquisa de campo e posterior interpretação dos dados.

Ao corpo docente do Curso de Mestrado em Geografia da UFSC, e demais professores convidados de outras instituições de ensino superior, que com seus ensinamentos e idéias contribuíram para a fundamentação desta pesquisa.

À Secretária de Planejamento, Sr^a Cláudia Siebert, e todos os funcionários da Prefeitura Municipal de Blumenau, pela atenção dispensada nas entrevistas e pelo material a mim fornecido.

À Prof^a Suely M. V. Petry, e demais funcionários do Arquivo Histórico da Fundação "Casa Dr. Blumenau", pelas preciosas informações prestadas e pelo acesso aos documentos existentes acerca do município.

À Eduardo, meu esposo, pelo incentivo e apoio ao longo deste curso de pós-graduação.

À todos aqueles que, de alguma maneira, me auxiliaram tornando possível a realização da presente dissertação.

S U M Á R I O

I - INTRODUÇÃO.....	1
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
III - PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	24
1. FONTES PRIMÁRIAS	
1.1 Arquivo Histórico da Fundação Casa Dr. Blumenau.....	24
1.2 Prefeitura Municipal de Blumenau.....	25
1.3 Concessionárias de Serviços Públicos	
1.3.1 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos - SAMAE.....	25
1.3.2 Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC.....	25
2. FONTES SECUNDÁRIAS	
2.1 Relatórios de desenvolvimento do governo municipal.....	26
2.2 Plano Diretor de Blumenau.....	26
2.3 Cadastro Industrial/1991 da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-FIESC....	26
IV - QUADRO GERAL	
1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA.....	28
2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	31
3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA.....	32
4. ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COLÔNIA.....	33
5. A INSTALAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO.....	35
5.1 Condições gerais.....	37
5.2 Condições específicas.....	39

V - APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

1.	HABITAÇÃO.....	43
1.1	As iniciativas governamentais no Brasil.....	43
1.2	As fontes de recursos do BNH.....	46
1.3	A correção monetária.....	46
1.4	As iniciativas do poder público em Blumenau.....	47
1.5	Os focos de submoradias.....	61
1.6	Os loteamentos clandestinos.....	64
1.7	A participação das indústrias.....	69
2.	SANEAMENTO BÁSICO.....	71
2.1	A poluição dos ribeirões.....	71
2.2	Barragens.....	74
2.3	Comportas.....	75
2.4	Sistema de esgotos sanitários.....	77
2.5	Coleta de lixo.....	81
2.6	Sistema de abastecimento de água.....	90
3.	O PROJETO CURA.....	99
4.	OS INCENTIVOS DO PODER PÚBLICO AO SETOR PRIVADO..	102
5.	OS AGENTES ORGANIZADORES DO ESPAÇO URBANO EM BLUMENAU.....	107
5.1	O processo produtivo.....	107
5.2	O poder público.....	112
5.3	A comunidade.....	116
5.4	Os promotores particulares.....	118
VI	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	BIBLIOGRAFIA GERAL.....	134
	ANEXOS.....	138

L I S T A D E T A B E L A S

Tabela 01 - LOTEAMENTOS CLANDESTINOS.....	66
Tabela 02 - CANALIZAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE ESGOTOS REALIZADAS DE 1961 A 1984 (EM METROS).....	78
Tabela 03 - ATIVIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECI - MENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 1960 A 1966.....	91
Tabela 04 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA À POPULAÇÃO ENTRE 1970 E 1972.....	93
Tabela 05 - INSTALAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR BAIRROS.....	95

L I S T A D E F I G U R A S

Figura 01 - LOCALIZAÇÃO DE BLUMENAU NO ESTADO.....	29
Figura 02 - ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO E SEUS LIMITES.....	30
Figura 03 - BAIRROS.....	54
Figura 04 - CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS PELO ESTADO.....	60
Figura 05 - FOCOS DE SUBMORADIAS.....	62
Figura 06 - HIDROLOGIA.....	73
Figura 07 - ENCHENTES - MEDIDAS PREVENTIVAS.....	76
Figura 08 - COLETA DE LIXO.....	89
Figura 09 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	97
Figura 10 - MACROZONEAMENTO.....	106
Figura 11 - INDÚSTRIAS.....	110

L I S T A D E S I G L A S

BIODURB	- Projeto de aproveitamento de material
BNH	- Banco Nacional da Habitação
CASAN	- Companhia Catarinense de Água e Saneamento
COHAB/SC	- Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
CURA	- Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
DNOS	- Departamento Nacional de Obras e Saneamento
FDPI	- Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINEP	- Financiadora de Estudos e Projetos
FISANE	- Grupo Executivo de Financiamento para Abastecimento de Água
INOCOOP	- Instituto de Orientação às Cooperativas
INTESA	- Indústria Têxtil Salto
JSC	- Jornal de Santa Catarina
LADESC	- Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social de Santa Catarina
PDS	- Partido Democrático Social
PLANASA	- Plano Nacional de Saneamento
PMB	- Prefeitura Municipal de Blumenau

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNS - Piso Nacional de Salários
PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos
SEAC - Secretaria de Ação Comunitária
SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

R E S U M O

O presente trabalho é um levantamento da instalação de equipamentos urbanos em Blumenau, Santa Catarina, no período compreendido entre 1960 e 1990. Foram estudados especificamente os setores da habitação e saneamento básico.

O município é caracterizado principalmente pela sua atividade industrial, tornando-se centro regional, e portanto, local de grande movimentação populacional.

Esta pesquisa objetiva analisar como se efetivou o atendimento da crescente demanda por infra-estrutura, identificando os agentes (e suas contradições) envolvidos no processo de organização do espaço urbano local.

A B S T R A C T

The present study is a survey of urban equipments settlement in Blumenau, Santa Catarina, from 1960 to 1990. There were examined specifically sectors of housing and basic sanitation.

The city of Blumenau is mainly characterized by its industrial activity, becoming a regional centre and, consequently, a place of great populational movement.

This research intends to analyse how was accomplished the attendance to an increasing need for infra-structure, identifying the different agents (and its contradictions) involved in local urban space organization.

I - I_N_T_R_O_D_U_C_Ã_O

O processo de industrialização no Brasil começou a dar seus passos iniciais na primeira metade do século XIX. No final do século anterior, foram freadas por decreto as tentativas de implantação de manufaturas de fios, panos e bordados na Colônia, visando evitar prejuízos a fábricas do Reino e o fim das rendas que a Metrópole auferia com a taxa¹ção de tecidos importados.

Com a abertura dos Portos às nações estrangeiras, em 1808, ocorre a substituição do capital mercantil português pelo novo capital mercantil do Brasil, surgindo a classe dos comerciantes. Neste período, foi também revogada a citada proibição. Após a Abertura dos Portos, o país teve a chance de desenvolver a sua indústria, o que não ocorreu em virtude da concorrência da indústria dos países cêntricos, favorecidos num mercado aberto por um grande aparelhamento comercial e tarifas aduaneiras preferenciais. A isto somavam-se circunstâncias desfavoráveis como a deficiência de fontes de energia, a dispersão da população (o que não propiciava mercados consumidores) e a carênci²a de capitais.

A partir da segunda metade do século XIX, apresenta-se para o Brasil o momento de maior transformação

3
econômica de sua história. Uma parte dos recursos auferidos com a venda do café passou a ser aplicada na instalação de algumas indústrias. Em virtude da reforma tributária de 1844, em que o governo, através da Tarifa Alves Branco, sobretaxava a maioria dos artigos importados, houve um estímulo à produção nacional. Instalaram-se no Nordeste as primeiras manufaturas têxteis. Entre 1873 e 1896, período de baixa conjuntura internacional, portanto desfavorável às exportações, o país tinha dificuldades para pagar no estrangeiro as manufaturas necessárias ao seu consumo. Isto demandava um esforço no sentido de substituir as importações. Segundo SIMONSEN, "nossa indústria surgiu, pois, precipuamente, em suas múltiplas manifestações, das necessidades do consumo, que não se podia abastecer no exterior dadas as deficiências do nosso poder aquisitivo externo."⁴ Surgiu assim, uma pequena produção artesanal e, concomitantemente, desenvolveram-se indústrias têxteis, de norte a sul, nas cidades portuárias, como resposta à necessidade de aplicação do lucro comercial, que não mais encontrava emprego no comércio em depressão.⁵

No início deste século deu-se nova arrancada industrial, por ocasião da Primeira Guerra Mundial. "Numa conjuntura já de si favorável ao progresso industrial, o impacto do primeiro conflito mundial foi imenso. A violenta compressão das importações e a súbita abertura de novas possibilidades de exportação dariam margem a autêntico

florescimento industrial. Se entre 1890 e 1914 haviam surgido 6946 indústrias no país, de 1915 a 1919 seriam fundadas 5940.⁶"

Vários outros fatores favoráveis ao desenvolvimento industrial foram criados, tais como: barateamento da energia elétrica (agora abundante), aparelhamento mecânico moderno e de preços relativamente baixos, ampliação dos mercados e melhoria das vias de comunicação, além da abundância de mão-de-obra não absorvida pelas fazendas, então em regime de superprodução.⁷

Em Santa Catarina, a indústria surge ainda no século XIX, a partir do mercado interno constituído basicamente por pequenos camponeses independentes, dedicando-se principalmente à produção de bens de consumo.⁸ Sobressaem-se os ramos de alimentação, têxtil, madeira e mobiliário.

O processo de industrialização está intimamente relacionado ao papel desempenhado pelas correntes migratórias originárias de países onde a Revolução Industrial já se encontrava em estágio bastante adiantado.⁹ Alguns imigrantes tinham qualificação profissional, e iniciaram aqui uma pequena produção mercantil, a qual veio a se tornar base de sólidos empreendimentos em muitas regiões. Também cabe ressaltar aqui a contribuição dos comerciantes exportadores de produtos coloniais, na formação do capital financiador da industrialização.

O primeiro ramo que se firmou foi o têxtil,

notadamente nas áreas de colonização alemã. Destaca-se também a agro-indústria que se desenvolveu no oeste do Estado, que conta hoje com três grandes grupos (Sadia, Perdigão e Seara) oriundos de pequenos e médios negócios de frigorificação. Temos ainda a região de produção carbonífera, a qual teve grande estímulo na Primeira Guerra Mundial, com a queda das importações de carvão-vapor europeu, que era utilizado nas caldeiras dos navios.

Também se beneficiaram deste conflito as indústrias de produtos alimentícios, cuja cotação comercial melhorou sensivelmente.

“ Conforme SINGER: "Santa Catarina não apresenta uma zona de concentração urbana e industrial, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, etc. O Estado todo se divide em várias zonas, economicamente autônomas, cada uma contando com uma capital regional.”¹⁰

No Nordeste de Santa Catarina, de Joinville até Rio Negrinho, no planalto norte e deste até Rio do Sul, no alto vale do Itajaí, continuando em direção a Brusque, no vale do Itajaí-Mirim, seguindo a Blumenau e daí até Joinville, fecha-se o perímetro da área onde se localiza a região mais industrializada, englobando mais de vinte municípios, e totalizando mais de 50,0 % do valor da produção industrial catarinense. 11

“ Desta região industrial, de origem alemã, seleccionou-se o município de Blumenau como objeto do presente estudo, pelas seguintes razões:

- é um município de porte médio, com alto índice de

industrialização:

- segundo o Plano Diretor da Prefeitura Municipal/1988, "Blumenau foi apontada nos últimos três anos como a cidade de maior desenvolvimento de Santa Catarina e figura, dentro do país, entre os 25 municípios de maior desenvolvimento";

- seu tipo de colonização proporcionou um modelo singular de desenvolvimento, que exerce forte atração sobre as regiões vizinhas;

- o município é capital da região mais rica do Estado.

△ Pretendemos, no presente trabalho, compreender o processo de crescimento econômico do município de Blumenau, e a conseqüente demanda de infra-estrutura urbana, identificando os agentes responsáveis pela instalação da mesma.

É possível fazer relação entre áreas mais urbanizadas e a presença de indústrias de porte? Qual o papel desempenhado por estas últimas na instalação de equipamentos urbanos? Existe uma razão política que explique a falta destes equipamentos em alguns bairros de Blumenau? Qual a importância das associações de moradores no processo de urbanização do município? E o poder público, como se comportou na condução deste processo?

A busca de respostas para estas questões direcionou nosso trabalho para a análise de como se deu a instalação de equipamentos urbanos em Blumenau. Os aspectos

especificamente investigados foram o saneamento básico (infra-estrutura) e a habitação (superestrutura).

O termo socialização, utilizado neste trabalho, refere-se à distribuição de responsabilidades, entre os diversos setores, do ônus sobre a implantação de infra e superestruturas urbanas em Blumenau.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. SIMONSEN, R.C. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Nacional e Ed. da USP, 1973, p.13
2. PRADO JR, C. História econômica do Brasil. 20ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977, p.128
3. PRADO JR, C. op.cit., p.192
4. SIMONSEN, R.C. op.cit., p.22
5. MAMIGONIAM, A. A Industrialização da América Latina: o caso brasileiro. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundamentos para o ensino de Geografia. 1988, p.73
6. CASTRO, A.B. Sete ensaios sobre a economia brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975, p.73
7. SIMONSEN, R.C. op.cit., p.12
8. SINGER, P.I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1977, p.85

9. PIAZZA, W.F. e HUBENER, L.M. Santa Catarina: história da gente. 2ª ed. Florianópolis, Lunardelli, 1987, p.86

10. SINGER, P.I. op.cit.,p.83

11. MAMIGONIAN, A. Indústria: panorama geral. In: GAPLAN. Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986, p.105

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se pretender realizar um estudo acerca do fenômeno urbano em cidades das sociedades capitalistas, faz-se necessário primeiramente compreender o que é a cidade, e o que ela representa dentro do modo de produção capitalista (MPC).

Entendemos que a cidade é o local onde se dá a reprodução ampliada do capital e da força de trabalho. Segundo CORRÊA: "A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica."¹²

Encontramos maiores esclarecimentos em dois autores, CARLOS:

A cidade aparece aos nossos olhos como uma aglomeração de pessoas, mercadorias e capital. Do ponto de vista do sistema capitalista, a cidade se apresenta como uma aglomeração que objetiva a produção. Neste sentido, ela aparece como condição geral do processo de produção capitalista, viabilizando também os processos de circulação, distribuição e troca. O urbano é, assim, concentração de população, instrumento de produção, do trabalho, dos serviços, de consumidores, reserva de mão-de-obra. 13

e SPOSITO:

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabilizava a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. 14

Sendo assim, o crescimento da atividade industrial determina a reprodução espacial, potencializando a aglomeração e articulando os lugares complementares através da comunicação e dos transportes.

É para a cidade que convergem as principais atividades comerciais e os serviços públicos e privados. Isto se verificou em Blumenau, no período de colonização, conforme HERING: "No Vale do Itajaí os comerciantes do sistema colônia-venda expandiram seus negócios para além das vendas situadas no entroncamento dos caminhos coloniais, e se transferiram para o Stadtplatz, a sede da vila, onde abriam grandes casas comerciais." 15

A troca de mercadorias, antes efetuada para obtenção de valores de uso, sofre uma modificação com o surgimento desta nova classe - a dos comerciantes - cuja função é realizar esta circulação para obter capital.

Estes comerciantes (muitos dos quais mais tarde direcionaram seus investimentos para a indústria), aliados a grandes industriais, formam um sólido grupo de influência, ao produzirem o espaço urbano, no sentido de viabilizar a

instalação da infra-estrutura que era necessária à continuidade de suas atividades. De acordo com CARLOS, " a cidade passa a ser controlada pelos agentes privados e por uma burocracia centralizada que busca viabilizar, com suas ações, o processo de acumulação do capital." ¹⁶ Esta infra-estrutura, na medida em que atende ao processo produtivo, determina a feição capitalista da cidade, conforme LOJKINE:

O que, a nosso ver, vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos "meios de consumo coletivos" que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais - chegou-se a falar de uma "civilização urbana" -; de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico. ¹⁷

Para MARX, o processo produtivo necessita revolucionar constantemente seus meios de produção, visando aumentar a parte do trabalho excedente com relação ao trabalho necessário. Para isto, entretanto, vai para além dos limites da unidade fabril, abrangendo o conjunto de reprodução do trabalho social. Marx denomina esta relação existente entre a unidade de produção e o processo global de produção e circulação do capital, como condições gerais de produção. ¹⁸ De acordo com LOJKINE, estas condições constituem-se de:

a) meios de consumo coletivo;

b) meios de circulação material (transportes e comunicações);

c) concentração espacial dos meios de produção e de reprodução das formações sociais capitalistas.

Para reproduzir-se, o capital necessita destas condições gerais, e visando aumentar a produtividade, precisa socializá-las:

A aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades - em outras palavras a cidade - não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção - das quais a urbanização, já vimos, é componente essencial. 19

O processo produtivo procura, então, implementar a infra-estrutura urbana, privilegiando os equipamentos que lhe são mais necessários. Assim, por exemplo, os meios de comunicação e transporte, vitais para a reprodução do capital (estradas servindo às indústrias), têm prioridade sobre aqueles destinados à reprodução da força de trabalho, como estradas e linhas telefônicas destinadas a particulares. O mesmo se pode dizer a respeito da educação, de acordo com LOJKINE: "Por mais úteis que sejam à reprodução ampliada da força de trabalho, os equipamentos esportivos e culturais serão menos privilegiados que os

equipamentos escolares diretamente ligados à formação profissional especializada desejada pelo patronato.²⁰

A função da infra-estrutura urbana, antes de mecanismo de cunho social, destinado a permitir as condições mínimas de reprodução da força de trabalho, é a de ser instrumento do capital. Este se aproveita ao máximo da aglomeração dos equipamentos urbanos, visando minimizar seus custos.

A integração eficiente das vias de transporte não tem como objetivo facilitar deslocamentos populacionais e interligar núcleos urbanos antes dispersos. A necessidade que se apresenta é a de permitir uma comunicação rápida entre pontos de produção, pois o produto de uma unidade fabril com frequência é matéria-prima de outra. Objetiva também um melhor escoamento da produção, fazendo-a chegar em menos tempo ao consumidor final, diminuindo eventuais danos ou perdas que o capital precisa evitar.

Da mesma forma, a habitação, bem que a princípio serviria apenas para a reprodução individual, constitui-se numa forma de acumulação de capital. É preciso fixar a mão-de-obra, para garantir a constância da força de trabalho, indispensável à continuidade do processo produtivo. E se possível, fixá-la no menor raio de distância do local de trabalho. Com isto, o capital consegue dois resultados. Primeiro, diminui o tempo gasto nos deslocamentos e evita atrasos por parte do trabalhador. Em segundo lugar, na

ausência de refeitório próprio pode apropriar-se do trabalho dos familiares dos empregados, que preparam a refeição em casa e vêm trazê-la à fábrica. Com isto, não há necessidade do trabalhador se afastar por muito tempo de suas tarefas, e a produção segue quase ininterrupta.

O saneamento básico permite aos cidadãos melhores condições de vida, diminuindo consideravelmente os índices de morbidade e mortalidade. Longe de ser uma prática social, é uma necessidade do capital. Quando comparece enfermo ao trabalho, o empregado produz menos; quando falta, provoca uma quebra na sequência da produção; quando morre, significa diminuição do patrimônio ativo do capital.

Estes são alguns dos requisitos do capital que podemos enumerar. Instalando os equipamentos indispensáveis à sua reprodução, o capital organiza o espaço urbano. Entretanto, muitos destes equipamentos urbanos, devido à sua grande durabilidade, tornam-se inválveis ao processo produtivo: "o efeito da lentidão de sua renovação (uma habitação, uma escola, um hospital duram várias dezenas de anos) é uma diminuição da rotação do capital não produtivo no setor do consumo e, por conseguinte, uma rentabilidade capitalista muito fraca."²¹

Surge assim, para CASTELLS, uma contradição fundamental no capitalismo avançado, visto que os meios de consumo coletivo representam ao mesmo tempo, exigências do capital (para efetivar a reprodução adequada da força de

trabalho) e da população. O problema é que se trata de setores pouco rentáveis na produção capitalista.

A tentativa de superação histórica desta contradição é a intervenção decisiva do Estado na produção, distribuição e gestão dos meios coletivos de consumo e, conseqüentemente, na organização e funcionamento das unidades urbanas que resultam da articulação do conjunto destes meios (habitação, escola, saúde, equipamentos culturais, transportes, etc.). Esta intervenção é marcada pelas duas fontes sociais que a exigem: pelas exigências técnicas e econômicas do capital e pelo desenvolvimento das reivindicações populares. 22

Este repasse de responsabilidades ao Estado, pelo capital, com o objetivo de minimizar custos e aumentar a acumulação, também é analisado por CORRÊA:

O Estado capitalista tem progressivamente investido mais e mais, contribuindo para a organização do espaço. Este crescente papel do Estado na organização espacial está ligado às necessidades de socialização dos custos necessários à acumulação do grande capital. A este não compensa mais investir em ferrovias, sistemas de energia, habitação popular, etc., ou seja, em atividades pouco remuneradoras. Por outro lado, o investimento feito pelo Estado nestes setores pouco rentáveis, barateia os custos dos investimentos do capital nos lucrativos. 23

Desta forma, o Estado desempenha seu papel de regulador social, efetuando o financiamento público dos Meios de Comunicação e de Consumo Coletivo, quando estes não apresentam rentabilidade ao processo produtivo. Podemos então, encontrar o Estado em diferentes funções, ou seja,

como grande industrial, consumidor de espaço de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário,²⁴ além de agente de regulação do uso do solo.

Frequentemente, o Estado se vê envolvido em movimentos sociais urbanos, resultantes da distribuição desigual dos serviços públicos. Isto se deve à tendência do Estado a privilegiar os interesses da classe dominante, pois "a atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações."²⁵

A atuação do Estado é espontânea (até mesmo com o objetivo de incentivar a instalação de novas unidades privadas), assumindo liberalmente os encargos de benefícios ao processo produtivo e aos empreendimentos imobiliários particulares:

Uma das explicações dessa liberalidade estará possivelmente no comportamento paternalista com que o Estado apoiou tradicionalmente o empresariado industrial e comercial. Outra razão será a facilidade com que os custos de urbanização são transferidos ao habitante, notadamente à grande massa que absorve o elevado custo social provocado pela insuficiência de infra-estrutura e serviços sociais.²⁶

Com este procedimento, o Estado entra em conflito com as camadas populares da sociedade, na medida em que estas arcam com os custos de serviços, que muitas vezes não

são efetuados, ou se realizam precariamente. Isto ocorre porque os recursos são canalizados para o atendimento dos requisitos de áreas mais privilegiadas do espaço urbano, onde residem as elites tradicionais e onde se dá a atividade produtiva.

No caso brasileiro, conforme KOWARICK,

(...) o Estado investiu enormes somas para dar condições de realização para a empresa oligopolística, colocando-se de maneira cabal a serviço da reprodução ampliada do capital. O Estado, em plena época populista, já se orientava neste sentido, sem contudo desprezar inteiramente certos investimentos básicos para a reprodução da força de trabalho, que a própria ambiguidade do pacto político do período tornava necessários. Contudo, com o avanço do processo de acumulação, o Estado perde sua ambiguidade: converte-se em pressuposto da realização do grande capital, fornecendo insumos básicos e tornando-se ele próprio um agente produtor, o que levou à crescente exclusão das massas trabalhadoras, agora também no que se refere aos serviços de consumo coletivo. 27

Consequentemente, a periferia (locus vivendi da força de trabalho), um espaço muito mais densamente povoado que as áreas nobres, fica no abandono. O Estado só pode auferir recursos do capital (por via fiscal ou nacionalização de empresas) e da apropriação da massa salarial (através de impostos). Estas duas práticas têm seus limites e como a demanda é crescente, resta ao poder público emitir papel moeda e criar a dívida pública (fontes de inflação). As políticas anti-inflacionárias a que o Estado recorre quando

a inflação ameaça o processo de circulação do capital, resultam diretamente na diminuição ou suspensão de investimentos em serviços urbanos, o que acelera a crise urbana nos países capitalistas.

Assim, o espaço urbano é resultado da ação contraditória de vários agentes, com diferentes propósitos: a produção é socializada, com a participação de todos os membros da sociedade, mas a apropriação é privada, restrita aos que podem pagar.²⁸ A população, à medida que se conscientiza da espoliação a que é submetida, procura se organizar e reivindicar seus direitos, principalmente no que diz respeito à habitação, grande carência da força de trabalho. Greves por questões salariais, passeatas populares pedindo obras urbanas e ocupações de áreas ou imóveis do poder público são reprimidos, frequentemente com violência, pelo aparato estatal destinado a "manter a ordem social". O objetivo é permitir a realização de um "modelo" de acumulação de capital em detrimento da reprodução da força de trabalho. Segundo KOWARICK, "o controle e contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios, que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil."²⁹

Para esse autor, mesmo a grande quantidade de recursos aplicados em equipamentos urbanos, se não estava diretamente vinculada às atividades do capital, serviu como

elemento de captação de lucros para o setor imobiliário, ao se apropriar de espaços valorizados pelos investimentos públicos.

No Brasil, o fenômeno da urbanização esteve sempre vinculado ao nosso processo de industrialização. No final do século XIX, a principal atividade era o comércio de exportação-importação, que originou a sólida classe dos comerciantes, muitos dos quais se transformariam em industriais. Segundo RANGEL, a pequena produção de mercadorias empreendida sob a orientação do capitalismo mercantil, foi uma preparação para a industrialização substitutiva de importações que viria. ³¹ Em seus trabalhos sobre a economia brasileira, o referido autor afirma que a nossa industrialização obedeceu sempre ao objetivo de substituir importações, em decorrência das contrações mundiais do capitalismo nos países cêntricos. As se fecharem os mercados externos, precisaríamos produzir aqui mesmo os produtos necessários ao consumo interno.

Esta opinião é compartilhada por SIMONSEN, já citado na introdução deste trabalho, para quem "nossa indústria surgiu, pois, precipuamente, em suas múltiplas manifestações, das necessidades do consumo, que não se podia abastecer no exterior dadas as deficiências do nosso poder aquisitivo externo." ³²

Já OLIVEIRA diverge desta posição, considerando que "foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que

orientaram o processo de industrialização: a 'substituição de importações' é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária porém não suficiente." ³³

O modelo agrário-exportador anterior a 1930 não permitiu uma acumulação adequada à empresa industrial e não propiciou a infra-estrutura urbana que desse suporte à expansão industrial. ³⁴ As mudanças viriam a partir de 1930, de acordo com SCHMIDT e FARRET:

Com a Revolução de 1930 representando a ruptura desse modelo agroexportador, ocorre a emergência da burguesia comercial e industrial, o crescimento do mercado urbano de bens e serviços e, com a centralização das funções políticas e decisórias, a acentuada participação do Estado nas esferas econômica e social. Esses três aspectos, mas não só eles, determinam o conteúdo, a forma e a intensidade do processo de urbanização. ³⁵

O município de Blumenau, logo após a sua fundação, enfrentou sérios problemas financeiros, pois como empreendimento particular só proporcionaria lucro a longo prazo, sendo que o Dr. Blumenau não dispunha de recursos para ensejar as inversões de capital que se faziam necessárias. Era difícil dar prosseguimento às obras públicas. Quem entra em cena é o Estado, chamado a arcar com o ônus do desenvolvimento. Com a transformação do empreendimento em colônia oficial do Império, além de receber investimentos, seu fundador permaneceu como administrador, percebendo ordenado do governo. Enquanto

durou esta situação (20 anos) a colônia experimentou grande progresso.

Entretanto, a economia que se praticava era a de autoconsumo, comercializando-se os excedentes. Não havia um bom produto de grande aceitação no mercado nacional, e a sua localização era desvantajosa em relação a outras economias de subsistência melhor situadas. Fazia-se necessária uma divisão do trabalho baseada no binômio economia de mercado-indústria, o que se processou a partir de 1880, de acordo com SINGER:

No período em questão (1883-1914), Blumenau exporta predominantemente produtos de subsistência e importa artigos manufaturados, a maioria proveniente do estrangeiro. A indústria de Blumenau se aproveitou deste processo, seja substituindo parte das importações, seja penetrando no mercado nacional com seus próprios produtos. 36

A mudança nas atividades aumentou a separação campo-cidade, ocasionando um adensamento populacional na área urbana e elevando os excedentes de produção comercializáveis, o que intensificaria a industrialização. Entre 1914 e 1950 Blumenau integrou-se ao mercado nacional, tendo o processo se impulsionado com a substituição de importações decorrente do primeiro grande conflito mundial, tendência verificada no país como um todo. Para SINGER, é no período de 1914 a 1918 que se inicia a denominada etapa da grande indústria, que perdura até hoje.

A década de 40 assiste a um avanço na urbanização de

Blumenau e a expansão industrial prossegue em ritmo intenso na década de 50. O grande afluxo populacional resultante da posição de centro regional que o município passa a assumir, traz consigo uma série de problemas urbanos. A demanda social por serviços e equipamentos essenciais, o gradativo desinteresse do setor privado em promovê-los e a aparente incapacidade do Estado em arcar com esta responsabilidade, desembocam numa delicada trama social cuja essência é o confronto capital x força de trabalho x Estado.

Conforme PERUZZO,

O Estado é um instrumento de realização dos interesses das classes dominantes. Ele se faz sensível aos interesses das classes subordinadas quando estas adquirem poder de pressão sobre a sociedade. É na dinâmica dos conflitos sociais que os interesses de classes adquirem consistência. 37

A atuação do Estado, juntamente com o processo produtivo e a comunidade, na instalação de equipamentos urbanos e organização do espaço blumenauense, bem como os conflitos resultantes dos privilégios concedidos a determinados segmentos, são o objeto de análise desta pesquisa.

NOTAS DE REFERÊNCIA

12. CORRÊA, R.L. Q espaço urbano. São Paulo, Ática, 1989, p.36
13. CARLOS, A.F.A. Espaço e indústria. São Paulo, Contexto, 1991, p.59/60
14. SPOSITO, M.E.B. Capitalismo e urbanização. São Paulo, Contexto, 1991, p.64
15. HERING, M.L.R. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, FURB, 1987, p.60
16. CARLOS, A.F.A. op.cit., p.46
17. LOJKINE, J. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981, p.122
18. MARX, K. Le Capital. In: LOJKINE, J. op.cit., p.122
19. LOJKINE, J. op.cit., p.137
20. _____, p.142
21. _____, p.134
22. CASTELLS, M. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANTZAS, N. O Estado em Crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p.165
23. CORRÊA, R.L. Região e organização espacial. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1987, p.61/62
24. _____. O espaço urbano. São Paulo, Ática, 1989, p.24
25. _____, p.26

26. COSTA, L.C. Aspectos Político - Administrativos do Planejamento Urbano. In: TOLEDO, A.H.P. & CAVALCANTI, M. (org.) Planejamento Urbano em Debate. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978, p.83
27. KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.68
28. CASTELLS, M. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.24/25
29. CARLOS, A.F.A. op.cit., p.19
30. KOWARICK, L. op.cit., p.59/60
31. RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: Revista de Economia Política, vol. 1, nº 4, São Paulo, 1981, p.25
32. SIMONSEN, R.C. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Nacional e Ed. da USP, 1973, p.13
33. OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1987, p.28
34. _____, p.31/32
35. SCHMIDT, B.V. e FARRET, R.L. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p.7/8
36. SINGER, P.I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1977, p.114
37. PERUZZO, D. Habitacão: controle e espoliação. São Paulo, Cortez, 1984, p. 20

III - PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A hipótese que norteou este trabalho é a de que, em Blumenau, a infra-estrutura urbana básica foi e ainda é direcionada, principalmente, para o atendimento das necessidades do processo produtivo.

Procurou-se fazer uma caracterização da atividade econômica (basicamente industrial) do município. Foram identificadas as condições gerais e específicas do desenvolvimento urbano e econômico, visando determinar os agentes públicos e privados envolvidos no processo.

O levantamento dos dados foi possível consultando-se as seguintes fontes:

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 - Arquivo Histórico "Prof. José Ferreira da Silva" - Fundação Casa Dr. Blumenau.

Foi efetuada exaustiva pesquisa junto a jornais, especialmente o Jornal de Santa Catarina, em suas edições diárias de setembro de 1971 a dezembro de 1989. Esta publicação constituiu-se em um recurso de grande importância, visto que na Prefeitura não havia disponível um registro cronologicamente contínuo do que foi realizado em Blumenau no período estudado.

1.2 - Prefeitura Municipal de Blumenau

Através da Divisão de Planos e Projetos da Assessoria de Planejamento, foram obtidos todos os mapas utilizados na análise dos dados.

Foram entrevistados funcionários mais antigos, bem como atuais responsáveis pelos setores de serviços urbanos, os quais colaboraram prestando as informações necessárias.

1.3 - Concessionárias de serviços públicos

1.3.1 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos - SAMAE

Pelos relatórios anuais de atividades do SAMAE, foi possível analisar a evolução dos serviços executados no município, principalmente através da distribuição por ruas, o que permitiu a identificação de áreas privilegiadas por obras públicas.

1.3.2 - Companhia de Habitação de Santa Catarina - COHAB/SC

Em entrevista na Assessoria de Planejamento da COHAB/SC, foram obtidas algumas informações a respeito do (pouco) que se fez a nível de habitação popular em Blumenau. Foi permitido o acesso à documentação existente sobre o assunto, dentre a qual seleccionou-se um Levantamento Sócio-econômico efetuado pelo referido órgão em dezembro de 1987, para a elaboração de Projeto Habitacional.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1 - Relatórios de desenvolvimento do governo municipal.

Os relatórios de atividades dos prefeitos de Blumenau, realizados anualmente no período de 1960 a 1972 e, após esta data, a cada final de gestão, forneceram dados importantes sobre os serviços prestados pela municipalidade, notadamente no setor de saneamento básico, visto que os registros do SAMAE têm seu início em 1977.

2.2 - Plano Diretor de Blumenau - 1988

Este plano proporcionou um conhecimento mais detalhado do município, bem como das peculiaridades de sua urbanização. Dele foram extraídos os mapas que acompanham o presente trabalho.

2.3 - Cadastro Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

Por meio deste documento foi possível selecionar as maiores empresas do município, bem como conhecer sua data e local de instalação. Foram enviados questionários a estas indústrias, buscando informações mais detalhadas sobre a instalação das mesmas em Blumenau.

Tendo em vista que no período estudado pelo presente trabalho, entre 1960 e 1990, o Brasil passou por cinco alterações nominais em sua moeda (cruzeiro, cruzeiro novo, cruzeiro, cruzado, cruzado novo e cruzeiro), com a

eliminação de nove zeros (Fevereiro/1967, Março /1986 e Janeiro/1989), todos os valores monetários referentes a financiamentos de obras públicas foram transformados em dólares norte-americanos (na cotação da época citada pela fonte), somente para efeito de melhor compreensão e comparação em valores atuais.

Todos os dados coletados nesta pesquisa foram tabulados e analisados, sendo que os resultados e interpretações são apresentados nos capítulos seguintes.

IV - QUADRO_GERAL

1. SITUACÃO_GEOGRÁFICA

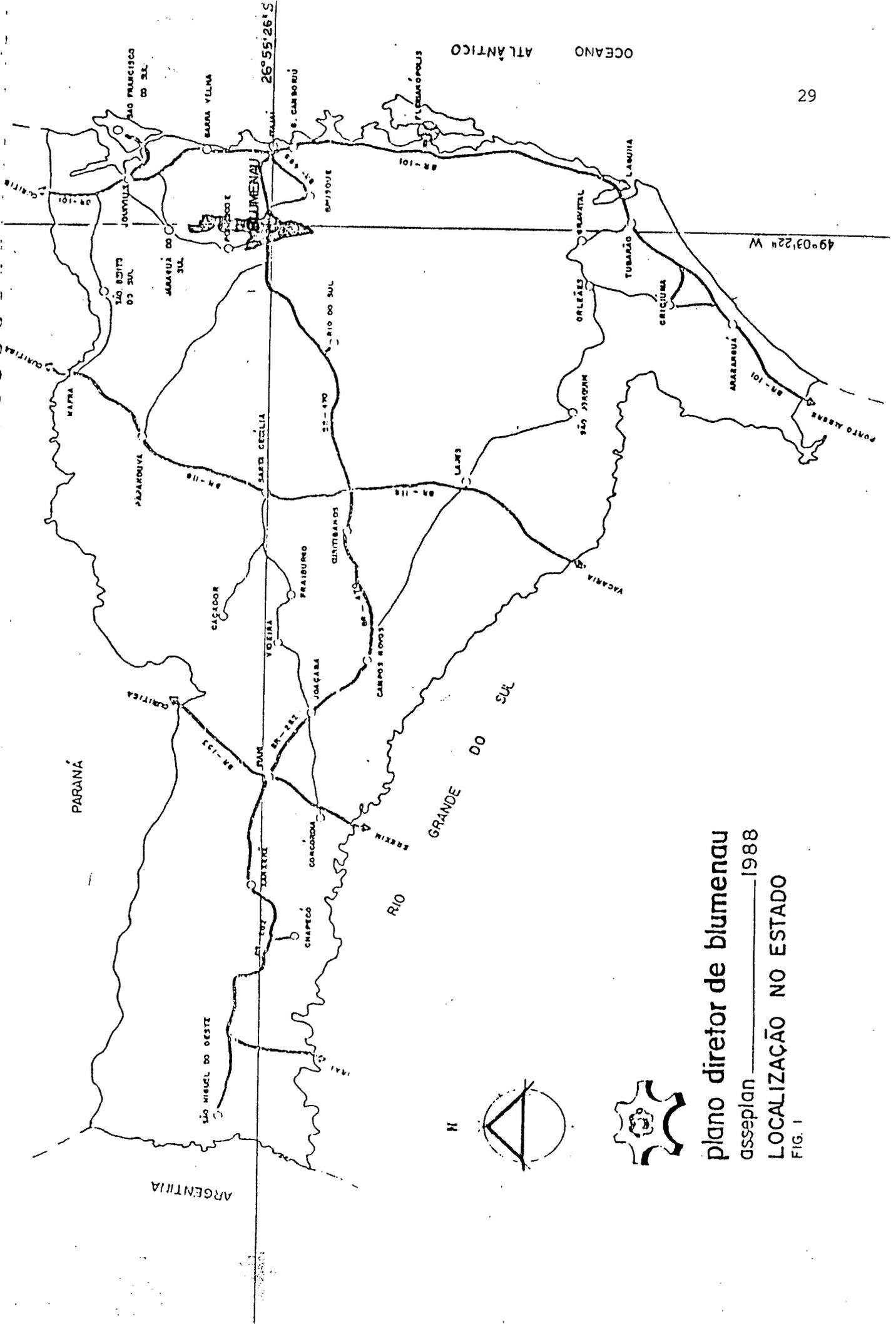
O município de Blumenau localiza-se na Zona Fisiogeográfica do Estado de Santa Catarina, designada como "Bacia do rio Itajaí-Açu", e no nordeste da Microrregião nº 294, classificada pela Fundação IBGE como Região Colonial de Blumenau. Dada a sua localização, população e equipamento, Blumenau é a principal cidade da região, influenciando os vales dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim.

A cidade situa-se aos 26°55'26" de latitude sul e aos 49°03'22" de longitude oeste de Greenwich, distando 89 Km em linha reta da Capital do Estado, Florianópolis, e 140 Km por meio rodoviário. (Figura 01)

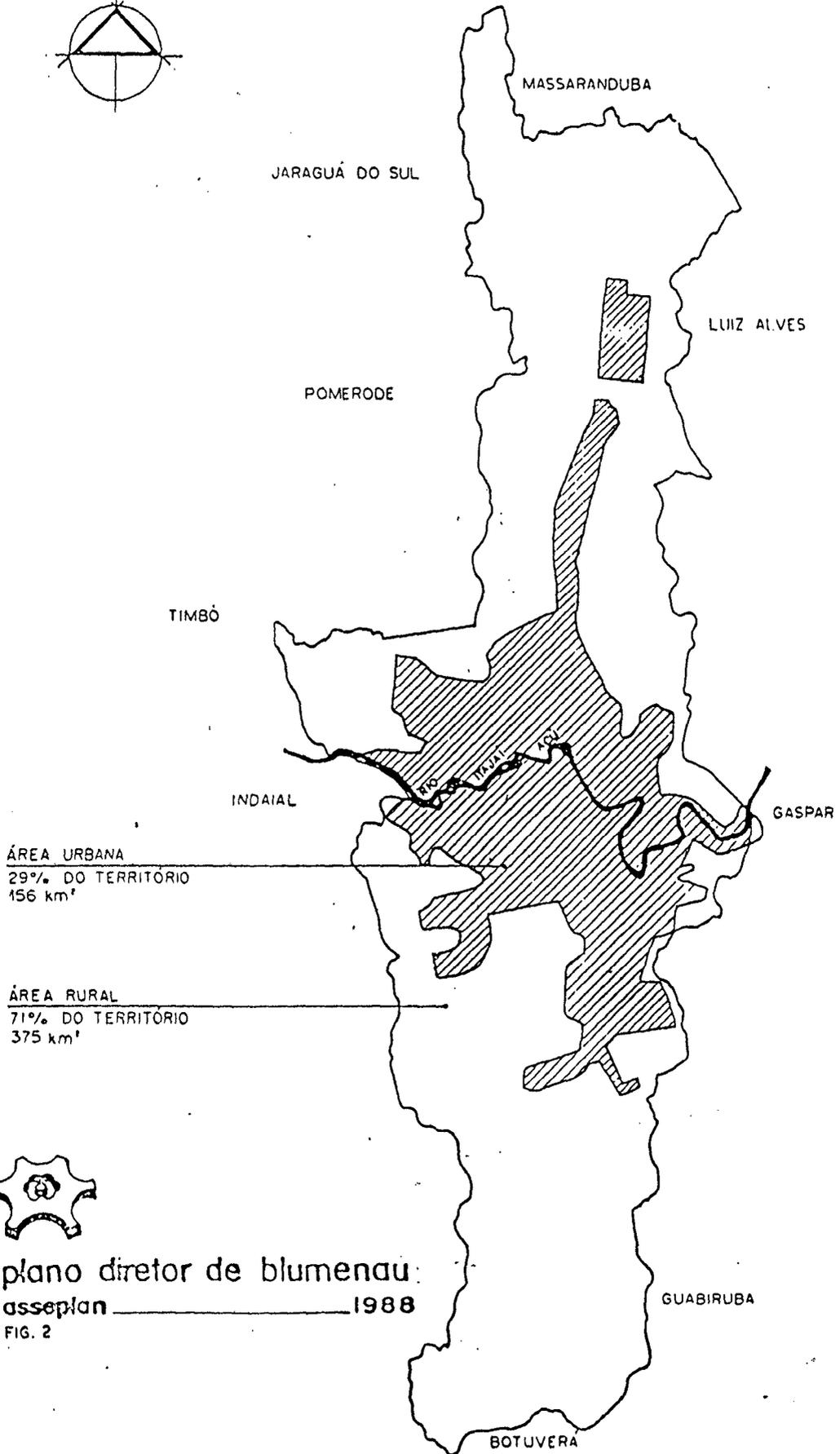
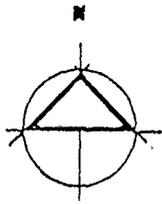
A área total do município é de 531 Km², sendo 156 Km² (29,38%) de área urbana, e 375 Km² (70,62%) de área rural. A altitude média da área urbana é de 21 m, e o município é composto por sua sede e pelo Distrito de Vila Itoupava. (Figura 02)

Seus limites municipais são:

- ao Norte: Jaraguá do Sul e Massaranduba;
- ao Sul : Guabiruba, Botuverá e Indaial;
- a Leste : Luis Alves e Gaspar;
- a Oeste : Indaial, Timbó e Pomerode.



plano diretor de Blumenau
 asseplan _____ 1988
LOCALIZAÇÃO NO ESTADO
 FIG. 1



plano diretor de blumenau:
asseplan _____ 1988

FIG. 2

A cidade de Blumenau encontra-se às margens do Rio Itajaí-Açu, que a corta no sentido Oeste-Leste, com largura variando de 50 a 150 metros. Em ambas as margens do rio existem morros a distâncias pequenas deste, de sorte que a cidade e sua expansão estão limitadas a uma faixa relativamente estreita de espaço aproveitável.

2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Blumenau contou, no recente Censo de 1991, com 211.677 habitantes, apresentando-se como a terceira cidade do Estado em população. Segundo previsões da Central de Estatísticas da Prefeitura Municipal de Blumenau, estimam-se cerca de 300 mil habitantes para o ano 2000.

A fundação de Blumenau por imigrantes alemães e as contínuas levas de imigrantes até depois da Segunda Guerra Mundial, formaram uma população com grande número de descendentes de alemães.

Nos últimos anos, as migrações têm contribuído consideravelmente para o crescimento da população, sendo as mesmas incentivadas pela grande atração que Blumenau exerce sobre a população de outras áreas, dada sua situação de pólo regional de crescimento econômico.

3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

Hermann Bruno Otto Blumenau, fundador da colônia que leva seu nome, interessou-se pelo Brasil através de contatos com Johan Jacob Sturtz, então Cônsul Geral do Império do Brasil na Prússia. Em 1846, ano em que doutorou-se em Química pela Universidade de Erlangen, embarcou para o Brasil, representando a "Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil".

Dirigiu-se inicialmente às colônias alemãs no Rio Grande do Sul e depois a Santa Catarina (São Pedro de Alcântara e Freguesia do Santíssimo Sacramento, atual Itajaí).

Resolveu explorar o Vale do Itajaí, no final do ano de 1847, em companhia de Ferdinand Hackradt, a quem conhecera no Rio de Janeiro, e que viria a ser seu sócio no empreendimento de colonização. Encaminhou projeto à Presidência da Província, o qual foi recusado, com a alternativa de ser realizado um acordo com a companhia de colonização que Blumenau representava. O Governo concederia as terras, mas não subsidiaria o projeto.

Entretanto, a "Sociedade de Proteção aos Imigrantes" de Hamburgo, foi extinta. Assim, apresentou-se para o Dr. Blumenau a situação de levar o empreendimento adiante por conta própria. Primeiramente, adquiriu terras no Vale do Itajaí, as quais ficaram sob a administração de seu sócio Hackradt, enquanto ele, Blumenau, partia para a Alemanha em

busca de colonos. Conseguiu reunir 17, e retornou para a colônia em 2 de setembro de 1850; data considerada como de fundação oficial. A administração feita por seu sócio Hackradt não fôra satisfatória, e a sociedade desfez-se pouco tempo depois, ficando o Dr. Blumenau como único proprietário do empreendimento.

Em 1852, entregaram-se os primeiros lotes aos colonos. Oito anos depois, a colônia foi vendida ao Governo Federal, permanecendo o Dr. Blumenau como seu administrador. A situação de Colônia Imperial durou 20 anos, e foi neste período que a colônia prosperou, preparando a base para o desenvolvimento que viria. Eliminou-se o principal problema com o qual Blumenau se defrontara no início da colonização: a falta de recursos para investir em obras públicas. O fundador da colônia passou então a sugerir às autoridades que se desse a emancipação político-administrativa, o que ocorreu em 4 de fevereiro de 1880. Ainda desta vez, o Dr. Blumenau continuou à frente do empreendimento.

4. ATIVIDADES ECONÔMICAS DA COLÔNIA

Inicialmente a colônia dedicou-se à economia de subsistência, produzindo basicamente para auto-consumo. Segundo SINGER, "a economia natural, vigente na colônia é, antes de mais nada, consequência do fato de que não havia ainda, no Brasil, um mercado interno de certa expressão, ao qual os colonos pudessem se ligar."

No entanto, um tipo de comércio incipiente entre a colônia e Desterro, se verifica, conforme relatórios do Dr. Blumenau, já em 1856.

No princípio da exploração agrícola, todos trabalhavam na lavoura, mesmo que possuíssem outros ofícios. Não se pode falar nesta época numa real divisão do trabalho. Com o desenvolvimento da colônia, ocorreu um aumento acentuado da população. De acordo com SINGER, a população de Blumenau sextuplicou entre 1860 e 1869, o que expandiu o mercado interno e aumentou a divisão social do trabalho, visto que a demanda crescente por produtos e serviços especializados, levou artesãos e comerciantes a preterirem a agricultura e dedicarem-se mais intensamente à procura "comercial".³⁹ Sobre a importância deste fato, encontramos em HERING:

Da divisão interna do trabalho, expressa na vitalidade do mercado - não imposta predominantemente por determinação exterior, uma vez que não havia um produto atraído e de produção intensificada pela demanda fora da província - , é que surgiu a capitalização necessária ao desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí. 40

Ainda segundo a autora citada, o Dr. Blumenau mostrava-se contrário à instalação de qualquer atividade não relacionada à produção agrícola, o que não impediu que alguns colonos deixassem de trabalhar a terra, dedicando-se aos seus ofícios de origem, e isto veio ampliar o mercado interno. Esta expansão, resultante também em grande medida

do súbito incremento populacional verificado, foi importante para o aprofundamento da ligação de Blumenau ao mercado nacional, conforme SINGER: "Em 1969 havia na colônia 76 engenhos, 62 alambiques, 65 engenhos de farinha de mandioca, 6 fábricas de charutos, 18 engenhos de serrar, 3 descascadores de arroz. Constituíam as empresas que produziam (parcialmente) para a exportação. Esta aumentou bastante no decênio em consideração." ⁴¹

Por sua vez, os comerciantes deixaram seus pontos de venda nos caminhos da colônia, dirigindo-se para a sede da vila ("Stadtplatz"), e lá deram origem a grandes casas comerciais.

Muitos destes comerciantes tornaram-se representantes de companhias de navegação, agentes do Banco do Brasil, dando a seus negócios características de "casas de crédito". Assim, representavam até mesmo instituições bancárias do exterior, podendo realizar operações que viabilizaram a expansão da indústria nascente.

5. A INSTALAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

Uma das primeiras atividades industriais de Blumenau foi a fabricação e exportação de charutos, que atingiu o auge entre 1880 e 1925. No entanto, vários fatores, entre os quais elevadas taxações fiscais, levaram esta indústria à extinção, permanecendo apenas o cultivo do tabaco, para processamento em outros centros.

Surgiram também cervejarias, olarias, engenhos de arroz, açúcar e mandioca, e algumas serrarias. Igualmente se destacam a produção de leite e seus derivados, ainda hoje grande fonte de renda em muitos municípios do Vale do Itajaí.

Entretanto, a primeira indústria manufatureira foi a têxtil, instalada trinta anos após a fundação da colônia. A primeira delas foi a Cia. Hering, em 1880. Em seguida vieram a Tecelagem Karsten (1882) e a Empresa Industrial Garcia⁴² (1885).

A partir de 1914, com a 1ª Guerra Mundial, acentua-se a integração de Blumenau ao mercado nacional, estendendo-se até 1950. Devido à redução nas importações, as necessidades que antes eram satisfeitas com produtos do exterior, passaram a demandar uma maior produção nacional de bens duráveis. Isto permitiu a instalação de novos estabelecimentos industriais em Blumenau, inclusive com diversificação dos ramos, como por exemplo: Fábrica de Chocolate Saturno S/A e Fábrica de Gaitas Alfredo Hering S/A (ambas em 1923), Tecelagem Kuehnrich S/A (1926), Electro Aço Altona S/A (1932), Fábrica de Gases Medicinais "Cremer" S/A (1935) e Fábrica de Artesanatos Têxteis "Artex" S/A (1936),⁴³ entre outros.

Com a Segunda Guerra Mundial, a indústria têxtil vislumbrou a possibilidade de ultrapassar as fronteiras nacionais, exportando seus produtos para outros países americanos, e também para a África.

Por volta dos anos 50, a economia blumenauense apresenta feições oligopólicas, com algumas empresas dedicando-se à mesma atividade e sobrepondo-se à concorrência nacional. Ao completar seu centenário de fundação, Blumenau se constituía num centro essencialmente industrial e urbano.

Atualmente, as indústrias mais significativas são as do ramo têxtil, de produtos alimentícios, vestuário e cristaleria. Blumenau conta hoje com 1.256 indústrias, ocupando mão-de-obra de 41.773 pessoas. As grandes indústrias correspondem a 2,8% do total e empregam mais de 3/4 do contingente operário. 44

O desenvolvimento industrial de Blumenau foi possível em função de determinadas condições gerais e específicas, as quais analisaremos a seguir.

5.1 - Condições Gerais

O processo produtivo blumenauense beneficiou-se da infra-estrutura que o Estado passa a suprir, já a partir de 1860, quando o empreendimento particular do Dr. Blumenau é transformado em Colônia Imperial.

Esta infra-estrutura visava, formalmente, atender às necessidades da comunidade. Entretanto, seu fim maior era o apoio ao processo produtivo em franca expansão. Não raro o setor privado arcava com o ônus da instalação dos equipamentos públicos.

No início deste século foram instaladas condições indispensáveis ao desenvolvimento industrial. Uma delas foi o sistema viário. Segundo o discurso, em 1921, de um prefeito do município, citado por SINGER, Blumenau possuía a maior e melhor rede de estradas de todos os municípios do Brasil, em relação à sua extensão e população.⁴⁵ A segunda condição foi a Estrada de Ferro Santa Catarina, iniciada em 1905 e entregue em 1909, a qual teve participação relevante na interligação de Blumenau com o Vale do Itajaí. De acordo com HERING, "o capital empregado no financiamento da obra era todo procedente do consórcio de vários bancos e firmas alemãs, sendo alemães, também, os engenheiros e a firma construtora."⁴⁶

Também importante foi a fundação, em 1907, da primeira "Caixa Econômica". Denominou-se "Sindicato Agrícola", mas dos três membros de seu Conselho Administrativo, dois eram industriais. Assim, o processo produtivo blumenauense passa a ter o suporte financeiro local de que necessitava.

Havia um problema que afligia grandemente a indústria, que era a deficiência de energia, produzida inicialmente por roda d'água e máquina a vapor. Em 1909, construiu-se uma pequena hidrelétrica no rio Gaspar Alto. Não solucionou, porém, totalmente o problema. Isto só aconteceria em 1915, com a construção da usina de Salto. A iniciativa partiu de um grupo de comerciantes de

importação-exportação: G. Salinger, P.Ch. Feddersen, P. Zimmermann e C. Jensen, em sociedade financeira com a firma "Bromberg, Hacker & Cia.", de alemães radicados em São Paulo. Entretanto, divergências posteriores levaram à saída da firma paulista do negócio. Diante da iminência de ver frustrada a ampliação do fornecimento de energia elétrica, que lhes era vital, um grupo de industriais e comerciantes de Blumenau e Brusque formaram um consórcio, o qual incluía também instituições financeiras como o Banco Agrícola e o Banco Transatlântico Alemão, adquirindo então as ações do grupo paulista e levando adiante o empreendimento.

Em 1923, foi instalada a rede telefônica no município. O engenheiro responsável, Paul Werner (futuro fundador da empresa Electro Aço Altona), foi contratado pela família Hering, na Alemanha, para esta incumbência.⁴⁷

5.2 Condições específicas

Os imigrantes que vieram para Blumenau possuíam alguma formação profissional, que veio a servir de base qualificada para os pequenos empreendimentos iniciais, muitos dos quais evoluíram para sólidos grupos empresariais.

Além desta qualificação, muitos imigrantes que chegaram na época da Primeira Guerra Mundial, quando a Revolução Industrial já se desenvolvera bastante na Alemanha, trouxeram uma grande experiência industrial e comercial. Esta ligação com a pátria de origem aprimorou o

fator tecnologia, conforme encontramos em HERING: "Devido à atualização de seu pessoal administrativo, renovada nos contatos constantes com a Alemanha, terra de origem dos imigrantes de Blumenau e Brusque, a Indústria do Vale do Itajaí manteve-se sempre tecnicamente na vanguarda, lançando produtos originais no país."⁴⁸

Outro fator importante foi o tipo de capital empregado. O Dr. Blumenau fundou e desenvolveu seu empreendimento com recursos próprios, assim como muitos colonos, que trouxeram consigo pequenas poupanças amealhadas com sacrifício na Alemanha. O hábito da poupança persistiu na nova vida no Brasil, sendo que o excedente realizado na agricultura passou a ser empregado em outras atividades, como as comerciais, por exemplo, e mais tarde, nas primeiras unidades industriais.

Os colonos traziam consigo também um forte espírito comunitário, vivendo como uma grande família, num elevado grau de coesão étnica, conforme MAMIGONIAN: "Até 1935, praticamente só o alemão era falado nesta região e esta coesão foi uma das bases do sucesso industrial."⁴⁹ A característica que eles imprimiram ao tipo de povoamento foi um dos fatores favoráveis à industrialização. A colonização criou excedentes econômicos que permaneceram em Blumenau e originaram a base financeira. Como o nível de vida dos colonos estava acima daquele dos brasileiros, criou-se um mercado de consumo bastante amplo, propício à produção de

50

bens não duráveis.

Esta produção tomou impulso com a proibição das importações, por ocasião do conflito mundial. Principalmente o comércio com a Alemanha, que era prática comum desde a fundação da colônia, foi inviabilizado devido à participação daquele país na guerra. Com a impossibilidade de se importarem máquinas de matéria-prima (fios, tecidos, etc.), apresentou-se a alternativa de produzir estes artigos na própria região.

De acordo com SINGER:

É importante observar que a indústria de Blumenau não concorre, via de regra, com a de São Paulo e do Rio. As empresas que atingem o estágio de "grande indústria", possuindo participação ponderável no mercado nacional, são as que desempenham papel pioneiro (o grifo é nosso) em ramos virgens ou quase virgens no Brasil. 51

Outra característica singular do processo produtivo blumenauense é a participação feminina nas indústrias locais, o que faz de Blumenau uma das cidades brasileiras com maior atuação de mão-de-obra feminina. 52

Estas são, em síntese, as condições gerais e específicas do desenvolvimento industrial de Blumenau, investigadas durante a realização deste trabalho.

NOTAS DE REFERÊNCIA

38. SINGER, P.I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional. 1977, p. 98
39. _____, p. 106
40. HERING, M.L.R. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, FURB, 1987, p. 55
41. SINGER, P.I. op.cit., p.106
42. MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: Revista Brasileira de Geografia no 3, Rio de Janeiro, Jul/set. 1965, p.68
43. _____, p.70/74
44. ASSEPLAN, Prefeitura Municipal de Blumenau. Plano Diretor de Blumenau, 1988, p.79
45. SINGER, P.I. op.cit., p.118
46. HERING, M.L.R. op.cit., p.140
47. MAMIGONIAN, A. op.cit., p.83/84
48. HERING, M.L.R. op.cit., p.318
49. MAMIGONIAN, A. op.cit., p.69
50. _____, p.72
51. SINGER, P.I. op.cit., p.130
52. ASSEPLAN, op.cit., p.83

V - APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

1. HABITAÇÃO

1.1 - As iniciativas governamentais no Brasil

A habitação popular no Brasil pode ser dividida em quatro momentos históricos, com um denominador comum, segundo BLAY:

No período escravocrata, a solução habitacional foi a senzala; na primeira etapa da industrialização, foi a construção de vilas operárias; em seguida instala-se um processo espontâneo de expansão urbana e, atualmente, a proposta é a construção de habitação em massa na forma de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (Banco Nacional da Habitação). Em todos eles reconhecemos um vínculo essencial: a habitação tem sido usada como forma de preservação e controle da força de trabalho. 53

Já no final do século passado observaram-se pressões por parte das classes subordinadas, as quais solicitavam melhores condições de vida e de trabalho, dentre elas a construção pelo Estado de casas para os operários.

A Aliança Liberal, partido burguês que tinha como candidato Getúlio Vargas, em sua plataforma para as eleições de 1930, coloca a questão habitacional como uma questão

política. Canaliza assim as aspirações do proletariado, mas a preocupação real era com o suporte básico do sistema capitalista: o capital e o trabalho, pois valorizando o elemento humano, valoriza-se a força de trabalho necessária à acumulação do capital.⁵⁴

O movimento, vitorioso em 1930, foi notadamente urbano, com criações fundamentais que marcaram o primeiro período populista no Brasil. Criou-se a legislação trabalhista e os institutos de previdência social. A política habitacional teve início, incumbindo-se da mesma os Institutos de Aposentadoria e Pensão das várias categorias de trabalhadores.⁵⁵

Acompanhando a crescente industrialização, surgem os conjuntos residenciais operários promovidos pelo setor produtivo, de acordo com BLAY: "Ao lado das fábricas são erguidos agrupamentos de moradias. Ruas inteiras, vilas, quarteirões de casas são construídos para os operários pelo empresário industrial."⁵⁶

Estas iniciativas racionalizam o uso do material de construção, escasso naquela época. Os lotes urbanos tinham preço baixo, e as casas operárias eram divididas por parede comum, o que tornava o investimento compensador, inclusive porque os trabalhadores pagavam aluguel pela casa. Esta situação persiste até a década de 1950, aproximadamente, quando cessa a construção das vilas operárias. Há um investimento maior no setor imobiliário por parte de

pequenos e médios comerciantes, que buscavam aplicação para suas poupanças. Os terrenos urbanos começam a ser estocados, o que eleva os preços e desestimula o empresário industrial a continuar nesta atividade. Além disso, o crescimento populacional já proporcionava maior oferta de mão-de-obra
57
que no período anterior.

O primeiro órgão criado no Brasil exclusivamente para atender a demanda de residências por parte da população de baixa renda foi a Fundação da Casa Popular, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.218, de 19 de maio de 1946.

Seu objetivo maior era político, pois sua forma de ação era clientelística, havendo inclusive a prática da "reserva" de unidades habitacionais para serem utilizadas por políticos em campanhas eleitorais. Devido a estas injunções e à falta de recursos estáveis, não conseguiu se firmar como instituição. Com o fim do governo populista de João Goulart, através do golpe militar de 31 de março de 1964, acaba também a Fundação da Casa Popular.

Em 21 de agosto do mesmo ano, com a Lei nº 4.380, é instituído o Plano Nacional de Habitação e são criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). De acordo com AZEVEDO e
58
ANDRADE, a intenção real do novo governo era "esfriar" as massas despertadas politicamente no governo Goulart, e obter delas o apoio de que necessitava.

1.2 - As fontes de recursos do BNH

Os primeiros dois anos de atuação do BNH foram marcados pela escassez de recursos, pois seu capital inicial foi correspondente a 910 mil dólares, e sua receita mensal provinha de 1% da folha de pagamento dos salários de todos os empregados registrados.⁵⁹ O banco foi então designado para gerenciar financeiramente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado através da Lei nº 5.107, de 14 de setembro de 1966. Arrecadando 8% dos salários pagos mensalmente no país, o FGTS passou a ser a principal fonte de financiamento da política habitacional. A ele acresciam-se outras fontes de recursos, conforme AZEVEDO e ANDRADE:

Montou-se para esse fim, complexo sistema financeiro que combinava a poupança compulsória, proveniente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a voluntária, constituída de letras imobiliárias e das cadernetas de poupança. 60

Entretanto, a situação inflacionária era imprevisível, e se fazia necessário garantir o fluxo da poupança voluntária, através de um mecanismo que remunerasse o capital investido.

1.3 - A correção monetária

Este dispositivo passou a ser aplicado para reajustar automaticamente os débitos e prestações por

índices correspondentes às taxas da inflação, e visava evitar a descapitalização do Banco Nacional de Habitação. Mas trouxe consigo outros efeitos contrários, segundo AZEVEDO e ANDRADE:

As linhas empresariais de atuação, aliadas à correção monetária, de um lado impedem a descapitalização progressiva do BNH, evitam um sistema de favoritismo de âmbito nacional e reduzem os riscos de corrupção, mas também não permitem que os mutuários de poucos recursos possam beneficiar-se do sistema. 61

Como consequência, multiplicaram-se dentro dos programas habitacionais o abandono, a inadimplência e os atrasos por parte dos mutuários, que se mostravam também descontentes com as péssimas condições de infra-estrutura existentes nos conjuntos habitacionais.

1.4 - As iniciativas do poder público em Blumenau

Até 1966, os relatórios administrativos da Prefeitura Municipal registravam apenas iniciativas esporádicas, construindo-se casas isoladas para flagelados das enchentes. Neste ano foi firmado o primeiro convênio oficial com a Companhia de Habitação de Santa Catarina, visando a construção de 500 casas populares em Blumenau, divididas em núcleos, com 100 unidades cada.

Apesar da previsão original de se construírem 500 unidades, apenas 79 foram entregues em Junho de 1969 no bairro Itoupava Norte, cuja área foi denominada Conjunto

Habitacional Verde Vale. Destas 79 casas, 51 mediam 32,65 m² e 28 tinham 39,09 m². O conjunto habitacional foi dotado de energia elétrica, água, pavimentação, meio-fio e escola.⁶² Estes equipamentos urbanos instalados podem ser considerados exceções dentro de um sistema que se notabilizou em seus primeiros anos pela inexistência de condições mínimas de infra-estrutura nos conjuntos habitacionais que construía.

Em 1974, a Prefeitura aderiu ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), o qual permitiria o acesso à casa própria às famílias residentes no município, com renda familiar de até três salários mínimos e que possuíssem terreno próprio há mais de um ano. O prazo para o início da construção de 60 casas isoladas era de outubro/74.⁶³ Entretanto, em junho de 1975 ainda se falava que o início se daria nos "próximos dias", reformulado o projeto, com um aumento do teto limite de financiamento, beneficiando⁶⁴ pessoas com renda de até seis salários mínimos.

Depois, nada mais se noticiou a respeito. Segundo a COHAB, foram construídas apenas 8 unidades nessa modalidade, no ano de 1977.

A COHAB previa construir 300 casas populares no bairro de Itoupava Norte, em 1979, com verbas do BNH, sendo o prazo de construção previsto para março de 1980. A escolha do bairro, segundo a Supervisão Regional do Governo, deveu-se ao fato de ser a área que melhores condições de desenvolvimento apresentava, em virtude da infra-estrutura

65
existente.

Em novembro de 1981, foi lançado pela Supervisão Regional do Governo Estadual em Blumenau, o Programa de Casas Econômicas, cuja meta era liberar 40 novas casas por mês. Até princípio de 1982, o Programa já havia liberado recursos da ordem de US\$ 256.601, possibilitando a 57 famílias iniciar a construção de suas casas próprias. Foram previstas três modalidades de construção:

- por empreitada (construtor);
- por administração própria (o mutuário);
- por sistema de mutirão.

Este programa poderia ser utilizado para aquisição de terrenos no Loteamento de Fidélis, implantado pela COHAB-SC em terreno adquirido pela mesma naquela localidade distante 12 quilômetros do centro de Blumenau. O loteamento, executado através do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - PROFILURB, constituía-se de 280 lotes, que foram comercializados em novembro de 1982, com toda a
66
infra-estrutura.

A respeito do PROFILURB, encontramos em AZEVEDO e ANDRADE:

A implantação do PROFILURB tinha como meta ampliar a faixa de atendimento do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), notadamente no que se refere às populações mais carentes, ou de inserção débil no mercado formal de trabalho.

Pretendia-se com essa iniciativa, fornecer condições de saneamento e infra-estrutura básica, reservando ao mutuário a responsabilidade de construir sua habitação de acordo com suas disponibilidades financeiras e prioridades individuais. 67

Em alguns casos, a Prefeitura instalou loteamentos que foram totalmente financiados pela comunidade, como aconteceu no ano de 1984, quando foram construídas 31 casas no Loteamento São Paulo Apóstolo, localizado à rua José Deeke, no bairro Ponte do Salto, destinadas às famílias que perderam suas casas nas enchentes de 1983. O loteamento, com uma área total de 14.523 m², foi feito com infra-estrutura da Prefeitura, financiamento da Igreja Católica de Blumenau e parte do material cedido pela Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social de Santa Catarina (LADESC). O custo de edificação foi de US\$ 54.942, sendo US\$ 36.653 na construção das casas e US\$ 17.289 para instalação de infra-estrutura. Os recursos foram doados à Prefeitura pela paróquia São Paulo Apóstolo, obtidos junto à comunidade cristã da Alemanha. 68

Se a política habitacional continuasse no mesmo ritmo de 1984, quando apenas 31 casas foram construídas, as 3000 famílias carentes de Blumenau (cadastradas pela Prefeitura até aquela data) só estariam atendidas no ano de 2080. Isto sem considerar o aumento da população...

Em meados de 1985, a Prefeitura concluiu a implantação do segundo loteamento do Programa de Habitação

Popular, destinado a abrigar os flagelados das enchentes e enxurradas que se abateram sobre o município em 1983 e 1984. Este loteamento, localizado na rua Fritz Mueller, possuía 53 lotes, com 17 casas já concluídas e habitadas naquele ano de 1985. Com uma área de 13.621 metros quadrados e custo final de implantação em torno de US\$ 22.074, tem toda infra-estrutura: redes de luz, água, esgoto e ruas macadamizadas. As famílias beneficiadas assinaram com a Prefeitura um contrato de comodato (empréstimo sem ônus) e pagariam pelos terrenos em parcelas condizentes com a ⁶⁹ receita familiar.

Em 1986, a COHAB divulgou um levantamento da situação na área habitacional. O último programa até então realizado por aquele órgão em Blumenau foi em 1971, com a construção de 79 casas, e em 1982 foram entregues 280 lotes, mas apenas com serviços de urbanização. Já em 1983, foi feito um programa emergencial em virtude das enchentes, quando concluíram-se 499 obras entre construções e reconstruções. Em 1984, a COHAB adquiriu um terreno localizado na Itoupava Central, para o qual estavam previstas 156 unidades. O projeto deveria ser enviado ao BNH, e segundo a COHAB, o órgão financiador poderia demorar de seis meses a cinco anos para aprová-lo.

A demora na aprovação se deveria ao mau desempenho do BNH, em função das mudanças ocorridas no Sistema Financeiro da Habitação. Em Blumenau o problema se acentua

70

com a falta de terrenos disponíveis.

A dificuldade na obtenção de financiamentos para construção de novos loteamentos, assim como as péssimas condições que apresentavam aqueles já instalados, podem em parte ser explicadas pelo período de crise por que passava o BNH, conforme AZEVEDO e ANDRADE:

As alegações do BNH, para não assumir, ou minimizar sua responsabilidade sobre a qualidade do material utilizado e condições de construção dos conjuntos populares, encobriam, na verdade, uma problemática mais complexa, que era o desempenho sofrível das COHAB's. Com moral baixo, com recursos humanos e financeiros escassos, não raro com débitos atrasados junto às construtoras privadas, as companhias eram impotentes para assegurar e exigir, junto aos contratados, o bom andamento das obras. 71

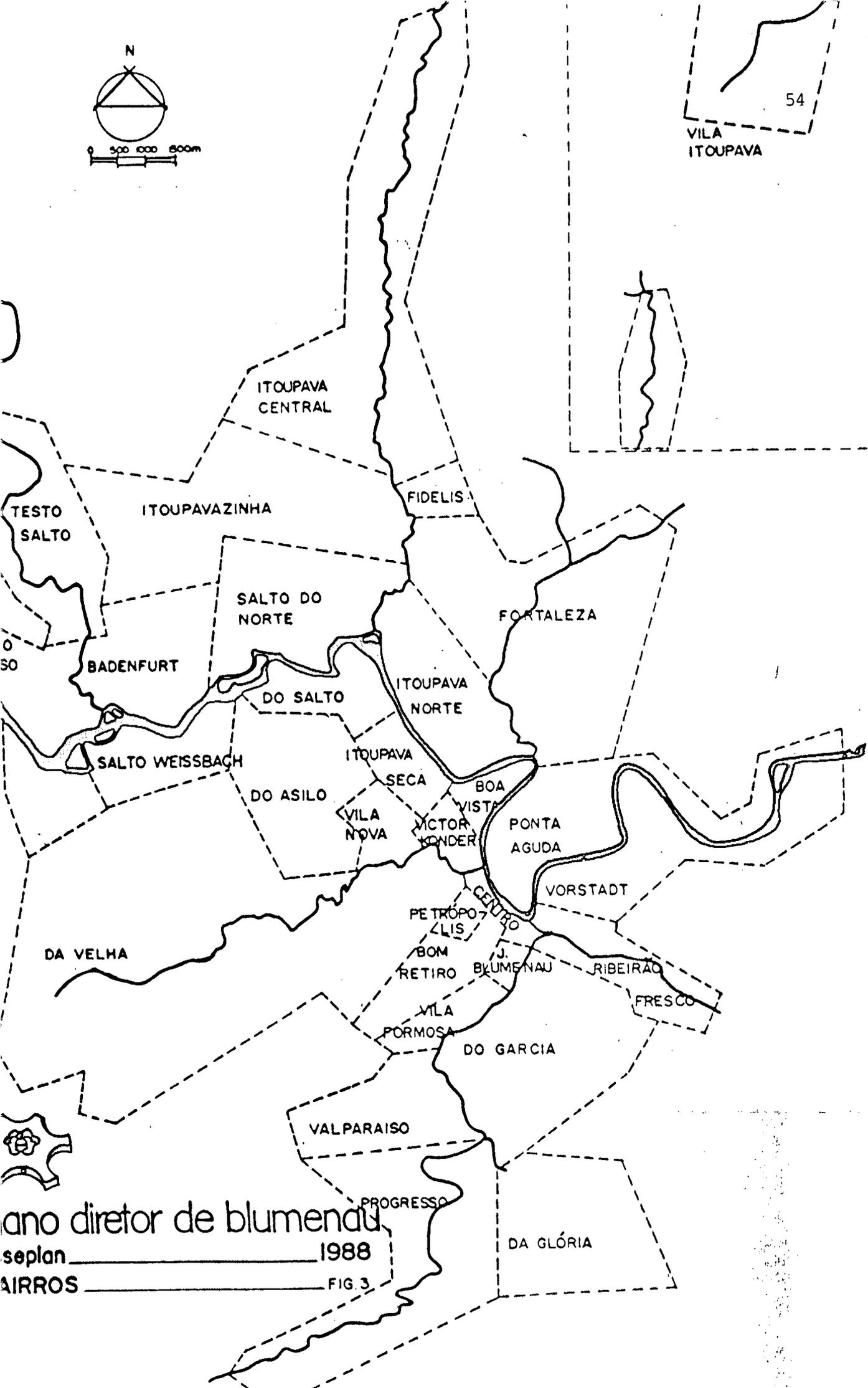
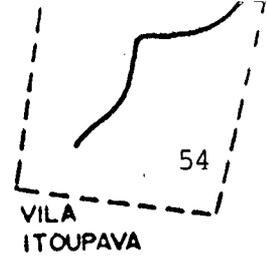
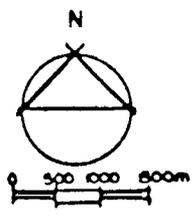
Como resultado dessa situação financeira crítica e visando diminuir o índice de inadimplência, aumentou-se o atendimento de financiamentos de unidades habitacionais para a classe média (um mercado que comportava juros substancialmente mais altos e não apresentava o risco de insolvência, frequente no mercado popular). Assim, as faixas de menor renda do mercado popular (de um a três salários mínimos), para cujo atendimento criaram-se estas instituições, passam a ser cada vez mais preteridas nos programas tradicionais.

Indagado a respeito do assunto, o diretor

superintendente do BNH em Santa Catarina em 1986, Danilo Rupp, afirmava que "a intenção de satisfazer a carência habitacional somente com recursos públicos é inexecutável, tem que haver a participação da iniciativa privada" (o grifo é nosso).⁷² Esta última, entretanto, sempre demonstrou grande desinteresse em participar destas Companhias Habitacionais, na forma de acionistas, pela pouca atração que este mercado sempre exerceu para uma atuação a nível empresarial.

A cidade de Blumenau, espalhada por 30 bairros (Figura 03), abrigava em 1987 uma população urbana de 183 mil habitantes, concentrados em 43 mil residências. A crescente migração ao município em busca de emprego e melhores condições de vida, tem provocado um inchaço na cidade, que por sua topografia acidentada e frequentes chéias, dificulta um planejamento urbano eficiente, sendo que o déficit habitacional atingia naquela época 10 mil casas.⁷³

Uma pesquisa realizada em 37 empresas do município pela Juventude Democrática Catarinense - Microrregional de Blumenau (uma agremiação do PDS - Partido Democrático Social), em 1987, revelou que 9710 famílias não possuíam casa própria, afirmando que por mais de 20 anos, os governos federal e estadual não investiram em projetos habitacionais para o município. Estas denúncias foram rebatidas pela Prefeitura com a indagação do quê o PDS fez por Blumenau na época em que esteve no governo.⁷⁴



plano diretor de Blumenau
seplan _____ 1988
AIRROS _____ FIG. 3

O então prefeito Dalto dos Reis confirmou o repasse dos recursos para construção de três mil casas populares em Blumenau e a Assessoria de Planejamento mapeou 27 áreas a serem utilizadas nesse plano habitacional. Blumenau seria uma das primeiras cidades beneficiadas pelo Programa de Habitação Popular - PROHAB, então criado pela Caixa Econômica Federal.⁷⁵

Para janeiro de 1988, previa-se a construção dos primeiros 500 apartamentos do projeto habitacional com financiamento da Caixa Econômica Federal, em um terreno de 50 mil metros quadrados na Itoupavazinha.

Numa segunda etapa, seriam construídos mais 500 apartamentos na rua Fritz Mueller, na Ponte do Salto (área de invasão do Horto Florestal). Depois mais outros 500 apartamentos na rua Franz Volles, ainda na Itoupavazinha. Seriam imóveis com 40 m², e destinariam-se a famílias com renda de cinco a dez salários mínimos. A área não precisaria ser indenizada, pois pertencia à Prefeitura, dependendo somente da liberação de US\$ 10.939.230 da Caixa Econômica Federal.

Também seriam construídas 800 casas em regime de mutirão, com recursos da Secretaria Especial de Apoio Comunitário, as quais seriam destinadas a famílias com renda de até dois salários mínimos. Para este projeto, seria negociada uma área na Itoupavazinha, para onde seriam transferidos os invasores do Horto Florestal. O mutirante

76
seria ajudado com US\$ 650.

Em final de 1987, a mensagem autorizando empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, para os programas habitacionais, foi aprovada sem nenhum projeto anexo. Em março de 1988, não se sabia se o projeto foi apresentado, discutido ou aprovado pela Caixa, conforme palavras do vereador Hasso Mueller (PL). Surgiram inclusive denúncias de que a inscrição para a casa popular equivaleria a uma filiação ao PMDB, pois no cadastramento exigia-se que o interessado fosse eleitor em Blumenau e indagava-se dele o local de votação. Apesar do anunciado déficit habitacional de quase 10 mil famílias, apenas 3 mil apresentaram-se na Prefeitura solicitando o benefício. ⁷⁷ Provavelmente pela falta de credibilidade no programa ou simplesmente por não terem condições de se inscreverem.

Em abril de 1988 foi liberada a primeira parcela (US\$ 137.442) de recursos da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), destinados à construção de 492 casas populares, em regime de mutirão, no prazo máximo de 60 dias para início. Neste projeto, a Prefeitura doa os terrenos, a SEAC entra com os recursos para a construção das casas e a comunidade fornece a mão-de-obra. O financiamento total era de US\$ 171.803, sendo que 80 % foram depositados nesta primeira etapa, no Banco do Brasil de Blumenau. As casas seriam construídas a um custo de US\$ 650 cada, e o beneficiário ⁷⁸ pagaria uma prestação de 10% do salário mínimo por mês.

Esta prestação baixa, como política municipal sem subsídios dos governos estadual e federal, mostra a inconsistência dos programas habitacionais.

As 125 primeiras casas (com 14 m^2 de área), seriam construídas em um terreno de 50 mil m^2 na rua Frederico Jensen, Itoupava Central, a ser loteado com arruamento e infra-estrutura, como água, luz e esgoto.

As obras foram adiadas por vários meses, devido às chuvas (segundo a SEAC). Um fator muito criticado no projeto foi o tamanho das casas (14 m^2) e do terreno destinado a cada morador (200 m^2). Mesmo com a liberação de recursos, ausência de chuvas e a aquisição de maquinário para a fabricação de blocos, o preparo (terraplanagem) do terreno não foi efetuado.

Em setembro de 1988, iniciou-se a fabricação dos componentes para as primeiras 146 casas, no terreno da rua Frederico Jensen. As outras 346 casas se localizariam na Itoupavazinha (46), Badenfurt (70) e Fortaleza (230). Nesta época, foi liberada a segunda parcela destinada à execução do projeto - US\$ 13.350. Entretanto, devido à morosidade no início dos trabalhos, esta importância já se mostrava insuficiente para o término das obras. Argumentava-se que, apesar da aplicação no setor financeiro, a inflação corroera bastante os valores.

Após receber a casa, o mutuário pagaria 10% do Piso Nacional de Salários por mês, durante cinco anos, período em

que os lotes não poderiam ser locados nem vendidos a terceiros. Após este prazo, os mutuários receberiam os títulos de propriedade.

A segunda etapa do projeto de mutirão previa a implantação de outro loteamento na Fortaleza, à rua Fritz Kogler, numa área de 107 mil metros quadrados, onde seriam construídas 294 unidades.

As 12 primeiras casas do Projeto de Mutirão Habitacional, entretanto, só tiveram sua construção iniciada em abril de 1989, já sob nova administração municipal. O tamanho das casas aumentou para 22,20 m². O mutirante pagaria em cinco anos, a 10% do Piso Nacional de Salários, o embrião inicial de 14 m². O restante seria pago em 18 meses, a 20% do PNS.⁸⁰

A previsão dos trabalhos era de que até maio fôssem construídas 24 casas; para junho mais 24 e, em julho, as restantes, completando as 138 moradias da Fase I. Os serviços de terraplanagem e demarcação dos lotes tinham seu término previsto para final de abril. As fases II e III, com mais 354 casas, deveriam ser entregues até dezembro de 1989. Entretanto, nesta data, ainda estavam em fase final de construção os 12 primeiros módulos.⁸¹

Em 1989, a COHAB-SC realizou um levantamento no município, o qual detectou um total de 335 famílias com carência habitacional. Destas, 156 possuíam condições de assumir o financiamento de casa própria. Para tanto, foi

feito o projeto do Conjunto Habitacional Blumenau, constituído de 155 unidades de alvenaria com 30,00 m², as quais em julho de 1991 ainda se encontravam em execução. A infra-estrutura básica consiste em sistema de esgoto sanitário e rede de distribuição de energia elétrica.

A terraplanagem, abertura das ruas, ensaibramento do sistema viário, abastecimento de água e centro comunitário de 191,26 m², ficam por conta da Prefeitura Municipal.

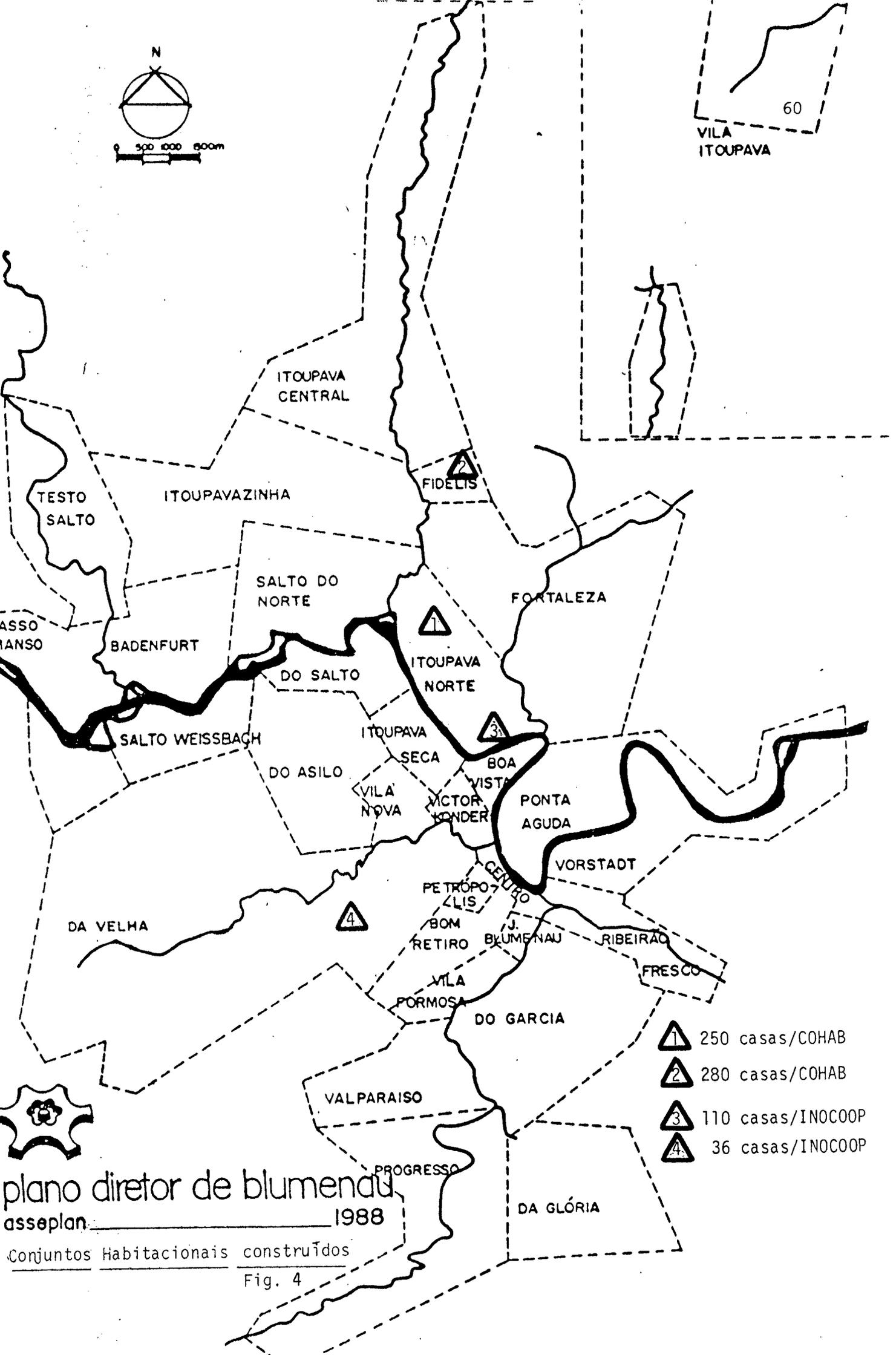
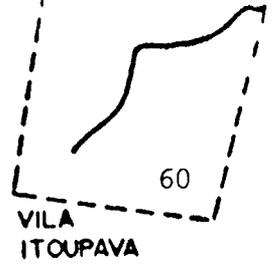
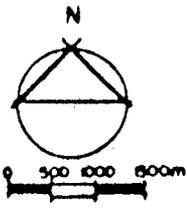
A área de implantação do projeto situa-se no Bairro Fidélis, totalizando 150.004,00 m² e distando 9 quilômetros do centro da cidade.⁸²

Segundo o Plano Diretor de Blumenau - 1988,

...o problema habitacional não é decorrente de um "déficit habitacional", ou seja, de uma falta do produto CASA no mercado, e sim da conjuntura econômica que bloqueia o acesso de uma larga parcela da população a bens de consumo essenciais, entre eles a moradia. 83

O referido Plano revela também que os únicos conjuntos habitacionais construídos até agora (cuja localização pode ser observada na Figura 04), são os seguintes:

- 250 casas da COHAB no Bairro Itoupava Norte;
- 280 casas da COHAB no Bairro Fidélis;
- 110 casas do INOCOOP no Bairro Itoupava Norte;
- 36 casas do INOCOOP no Bairro da Velha.



- ① 250 casas/COHAB
- ② 280 casas/COHAB
- ③ 110 casas/INOCOOP
- ④ 36 casas/INOCOOP

plano diretor de blumenau
asseplan 1988

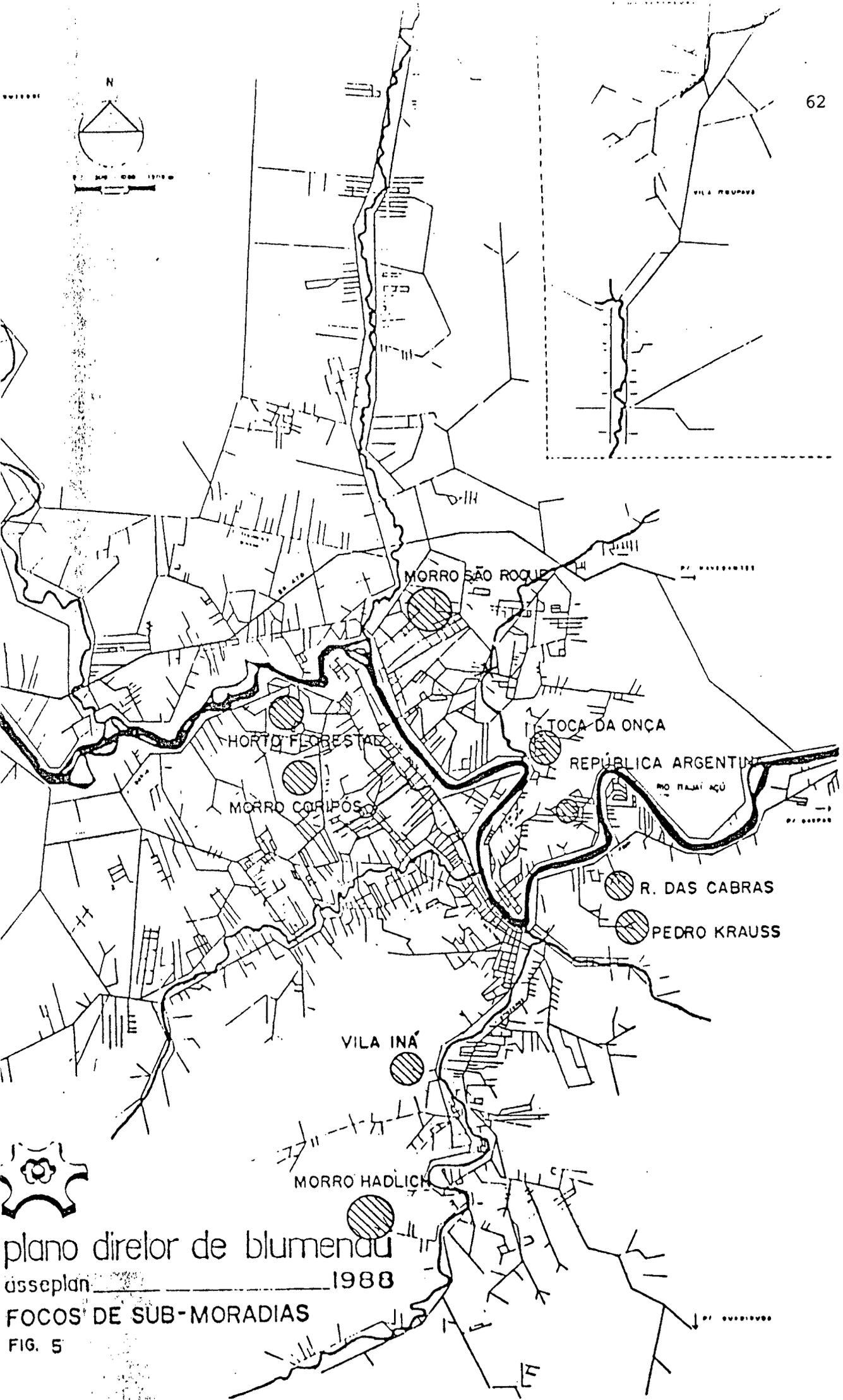
Conjuntos Habitacionais construídos

Fig. 4

1.5 - Os focos de submoradias

Como consequência dos grandes fluxos migratórios que se destinam a Blumenau, a grande maioria de baixo poder aquisitivo, surgem as sub-habitações. Localizam-se com frequência nas encostas dos morros, em áreas de preservação, fundos de vales sujeitos a enchentes e áreas públicas. A Assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal identificou, na execução do Plano Diretor de Blumenau/1988, nove focos de submoradia, quais sejam: Morro São Roque, Toca da Onça, República Argentina, Horto Florestal, Rua das Cabras, Morro Coripós, Pedro Krauss, Vila Iná e Morro Hadlich (Figura D5). No Horto Florestal já são mais de 200 as famílias que ocupam terrenos invadidos, os quais contam com ligações de água e luz.

Com o objetivo de levantar a demanda habitacional para o Projeto PROMDRAR (200 unidades), a COHAB-SC pesquisou três destes núcleos de sub-habitações: Fortaleza (Toca da Onça), Morro São Roque e Vila Iná. Nesta última, constituída de 65 barracos totalmente desprovidos de infra-estrutura básica, verificou-se fato curioso: os moradores não tiveram interesse no programa apresentado, por serem donos de seus barracos e dos respectivos terrenos, ainda que de forma irregular. Os lotes pertencem a um único dono, que os distribui aos interessados sem demarcação correta e por prestações mensais muito baixas. Aos poucos,



plano diretor de Blumenau
 asseplan _____ 1988

FOCOS DE SUB-MORADIAS

FIG. 5

os moradores vão fazendo melhoramentos em suas casas, sem o encargo de financiamentos oficiais.

No Morro São Roque habitam trabalhadores na construção civil e safristas da época de colheita do fumo, que são ocupações mal remuneradas. Dos entrevistados pela COHAB, 95,24% vêm de outros municípios catarinenses e 4,76% de outro Estado.

O terreno, pertencente à Prefeitura Municipal, é acidentado em 80% de sua extensão, e alagável em 40% da mesma. Dos entrevistados, muitos não se interessaram em adquirir uma casa do Projeto da COHAB, porque já fizeram muitas melhorias em suas residências; outros ainda têm esperança de que a Prefeitura lhes doe o terreno e uma parte negou-se a ser entrevistada porque não acreditava no Projeto.

O Jornal de Santa Catarina publicou em março de 1987 uma matéria sobre este núcleo, na qual relatava que muitos moradores estavam pleiteando a escritura definitiva de seus terrenos, ocupados irregularmente já havia mais de 15 anos.

A área, de 102.729 m², pertencia à COHAB desde 1966, mas os terrenos foram doados pela Prefeitura de Blumenau, principalmente através de vereadores, durante campanhas políticas.

Conforme informou o vereador Ivo Hadlich, em 1966 a área foi destinada à construção de 500 casas populares, mas a COHAB/SC não cumpriu o contrato e os terrenos começaram a ser ocupados pela comunidade. A reversão da área à

Prefeitura já se realizara, faltando apenas que as escrituras definitivas fossem entregues aos moradores, que já pagavam inclusive Imposto Predial e Territorial Urbano, ⁸⁴ como garantia de suas casas.

A área favelada da Fortaleza, caracterizada por sub-habitações ocupadas por inquilinos, existe há aproximadamente 30 anos. Originou-se através de alguns proprietários de maior poder aquisitivo, que construíram ⁸⁵ casas para aluguel.

1.6 - Os loteamentos clandestinos

O progressivo déficit habitacional que o município de Blumenau apresenta tem se constituído em um negócio lucrativo para muitos proprietários de grandes áreas. Estas pessoas implantam loteamentos desordenadamente, sem uma malha viária integrada, o que isola a população. Muitas vezes desmembram áreas que não possuem inventário ou demarcação correta, o que torna irregular o empreendimento.

Em 1974, havia a denúncia da existência de 300 loteamentos clandestinos, sem a devida comprovação. A imprensa local identificou, na época, três deles como sendo de propriedade do Sr. Cristiano Theiss, pai do então prefeito Félix Theiss. Estavam localizados nas ruas Paranaíba, Alberto Pamplona e Itapuá, todas no bairro Garcia.

Os loteamentos constituíam-se de aproximadamente 20 residências, ocupando áreas de terras com menos de 100 metros quadrados, sem água nem esgoto, apenas com energia elétrica.⁸⁶

Em 1977, foi divulgado o caso de um loteador que, dois anos antes, havia comprado terras, num total de 15.991,25 m², por US\$ 5.650. Em seguida, resolveu lotear a área para tirar algum lucro do investimento. Os lotes eram desprovidos das mínimas condições exigidas pela Prefeitura Municipal: as estradas tinham menos de cinco metros de largura, sem meio-fio, esgotos, água encanada, etc. O proprietário recebeu pela "retalhação" da área aproximadamente US\$ 26.837, lucrando assim Cr\$ US\$ 21.187 sem nada fazer.⁸⁷

Dentre os loteamentos clandestinos, muitas vezes incluíam-se terrenos que na verdade eram irregulares. Estes diferiam dos primeiros porque os loteadores submeteram seus projetos à Prefeitura, só não obtendo a aprovação por contrariarem as exigências legais ou por não terem cumprido dentro dos prazos a execução da infra-estrutura obrigatória.

Nos anos de 1979, 1980 e 1981, divulgaram-se listas de loteamentos clandestinos (vide anexos), cuja distribuição, por bairros, pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1 - LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

B A I R R O S	NÚMERO DE LOTEAMENTOS		
	1979	1980	1981
ASILO	1	3	2
BADENFURT	-	3	1
FORTALEZA	1	7	4
FIDELIS	-	2	2
GARCIA	2	4	3
ITOUPAVA CENTRAL	1	-	-
ITOUPAVA NORTE	-	1	-
ITOUPAVA SECA	-	1	1
ITOUPAVAZINHA	1	3	2
JORDÃO	-	-	1
PONTA AGUDA	-	1	5
PROGRESSO	2	5	1
SALTO DO NORTE	-	-	1
SALTO WEISSBACH	1	-	-
TESTO SALTO	-	1	-
VALPARAÍSO	3	3	1
VELHA GRANDE	7	3	7
VILA NOVA	1	-	-
VORSTADT	-	2	1
TOTAL	20	39	32

Fonte : Jornal de Santa Catarina

Pode-se perceber, por estas relações, que os loteamentos clandestinos não estavam concentrados em determinadas regiões do município, mas sim distribuídos em todas as direções, num anel ao redor do centro, de nível social mais alto.

Em maio de 1985, o Loteamento Itoupavazinha (da firma órbita Comércio de Imóveis Ltda), localizado nos fundos da rua Philipp Bauler, comemorou dez anos na clandestinidade, sem contar com nenhuma infra-estrutura básica. A aquisição da área deu-se da seguinte forma:

Herdwig Morell, ex-proprietário dos terrenos, vendeu os lotes para Armando Liberato, mas as escrituras ficaram em nome de Carlos Fritzche, dono de outro loteamento. Para que os moradores tivessem as escrituras, Liberato deveria assumir a propriedade ou endossar o contrato para Fritzche. Como nada disso foi feito, os ocupantes da área continuavam à margem de qualquer benfeitoria.⁸⁸

Nesta época, de acordo com levantamentos feitos pela Prefeitura, havia em Blumenau 64 loteamentos irregulares ou clandestinos, dos quais dez já haviam sido notificados com base na Lei Federal nº 6.766, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e os demais estavam sendo objeto de estudo da Prefeitura, para que procedessem à regularização.

Para regularizar um loteamento, primeiramente a Prefeitura mantém contato com os compradores dos lotes e se informa da situação, arrecadando cópias dos contratos de

compra. O próximo passo é a abertura de uma pasta relativa a cada caso específico. Então o loteador e/ou proprietário é chamado à Prefeitura para tratar da regularização.

Se a negociação não se der amigavelmente, o loteador é notificado judicialmente. A partir desse momento, passa a correr o prazo previsto em lei para que sejam feitas a documentação e as obras de infra-estrutura básica necessárias. Nesse ínterim, a Prefeitura chama os compradores dos lotes, que abrem uma poupança judicial para depósito das mensalidades. O loteador só tem acesso a esta poupança após concluir todas as etapas da regularização. Caso o mesmo não regularize a propriedade, o dinheiro depositado em juízo pelos compradores, é utilizado pela Prefeitura para se ressarcir dos gastos que venha a ter para realizar as obras e providenciar a documentação, obrigatórias por lei.

O prefeito Dalto dos Reis pretendia extinguir, até o fim de seu mandato, todos os loteamentos clandestinos de Blumenau. Em 1987, 18 meses depois de iniciado o trabalho de regularização, mais de 600 lotes estavam em ordem, num total de 21 loteamentos. Mas aproximadamente 80 deles ainda não estavam legalizados.

1.7 - A participação das indústrias

A atividade industrial em Blumenau é anterior ao surgimento de uma aglomeração urbana, ou seja, ela se estabeleceu quando a colônia ainda era constituída de lotes rurais dispersos, caracterizando-se a mão-de-obra por operários colonos. Numa época em que todo o trabalho era executado manualmente, esta mão-de-obra assumia grande importância, e para garantir a eficiência na produção, se fazia necessária a confraternização e cooperação entre todos. Manifestava-se assim o paternalismo dos patrões, herança da origem alemã.

Para atrair a força de trabalho de que precisavam, muitos grandes estabelecimentos organizaram vilas operárias ao redor de suas unidades fabris, construindo casas e alugando-as por preços baixos aos operários. Estas iniciativas não se devem apenas à necessidade de reduzir a distância entre a residência e o local de trabalho, mas também em função da jornada diária, pois antes de 1930 trabalhava-se da aurora até o anoitecer.
91

Com o objetivo de obter informações mais detalhadas acerca deste processo, foram enviados questionários (vide Anexo IV) a 16 das maiores indústrias de Blumenau, indagando sobre as condições de instalação da empresa no município, se receberam auxílio do poder público e se instituíram algum tipo de programa visando oferecer moradias subsidiadas a seus empregados.

Das 16, apenas 7 responderam à pesquisa. Destas, 3 ofereceram em alguma época, um tipo de projeto habitacional, como segue:

a) ELECTRO AÇO ALTONA S/A - Instalou-se em Blumenau em 1924, quando não havia qualquer tipo de incentivo oficial por parte da Prefeitura. Após a instalação, a área recebeu água, luz, arruamento, canalização e telefone. A empresa participou na canalização de um ribeirão. Também elaborou um projeto de 15 casas, fez o loteamento, entregou os lotes a 3 ou 4 operários, ajudando também a fazer a casa. Porém, de acordo com a legislação vigente na época, não era possível reaver a casa do operário que deixasse a empresa, o que pôs fim ao projeto.

b) TEKA - TECELAGEM KUEHNRIICH S.A. - Instalou-se em 1935 no município, e em 1948 construiu um lote de aproximadamente 20 casas, que foram cedidas aos operários por um aluguel acessível. Essas moradias ainda existem, mas o projeto não foi ampliado.

c) FÁBRICA DE CADARÇOS E BORDADOS HACO LTDA - Instalou-se em Blumenau no ano de 1931. Há aproximadamente 30 anos, quando a empresa se viu obrigada a contratar profissionais de diversas áreas, que não eram encontrados entre a mão-de-obra local, foram construídas várias casas nas imediações da fábrica, as quais ainda estão sendo ocupadas por empregados.

2. SANEAMENTO BÁSICO

Apesar de ser conhecida nacionalmente pelo seu alto padrão de limpeza urbana, o problema mais grave de Blumenau ainda é o saneamento básico. No ano de 1982, em pesquisa realizada em todo o país pela revista "Dirigente Municipal", Blumenau conquistou o 26º lugar entre os 500 municípios mais desenvolvidos do Brasil. Os critérios para avaliação foram os de serviços públicos e sociais. Entretanto, os fatores de maior relevância para elevar o município a tal categoria são o comércio forte e o parque industrial desenvolvido, porque a infra-estrutura de saneamento básico ainda é precária e deficiente.

92

Blumenau sofre muito com as frequentes cheias e enxurradas, que são agravadas pelo deficiente sistema de esgotamento de águas pluviais e o assoreamento dos rios e ribeirões que cortam o município.

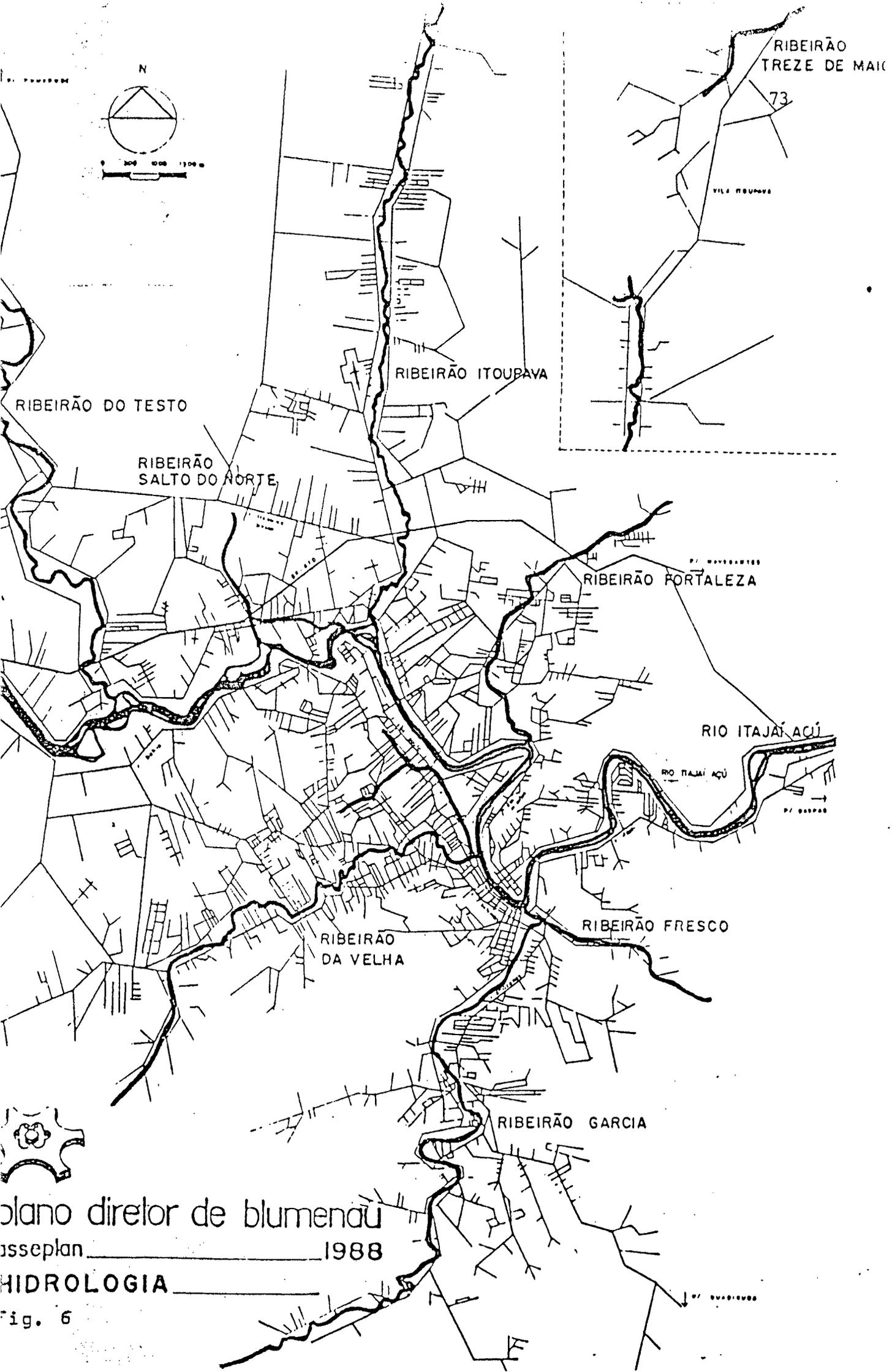
2.1 - A poluição dos ribeirões

A malha urbana do município é cortada por inúmeros cursos d'água, os quais ao atravessarem núcleos residenciais e industriais, recebem todo tipo de dejetos e substâncias poluentes, como por exemplo alvejantes, corantes, gomas e sodas. Dada a ineficiência do sistema de drenagem pluvial, as enxurradas causam grandes prejuízos às obras já executadas e agravam os problemas onde ainda não foram efetuadas melhorias.

Durante o período estudado, foram efetuados vários serviços de canalização, dragagem e retificação de ribeirões do município. As obras foram executadas pela Prefeitura ou por empresas particulares, através de convênios com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS.

O assoreamento é agravado pela colocação de entulhos nos ribeirões. Em 1980, embora 90% da cidade fosse beneficiada pela coleta de lixo, era fato comum moradores e responsáveis por estabelecimentos comerciais depositarem resíduos em terrenos baldios e margens de rios. Estranhamente, isto se observava com frequência dentro do perímetro central da cidade, onde a coleta era diária.⁹³

Foi constatado, através de levantamento efetuado em 1985 pela Assessoria Especial de Meio Ambiente da Prefeitura, que as dezessets maiores indústrias de Blumenau produziam um total de mil metros cúbicos de efluentes líquidos por hora, lançados na maioria das vezes, nos ribeirões do Bom Retiro, Velha, Garcia e Fortaleza, que deságuam no rio Itajaí-Açu (Fig. 6). Deste total, 86% correspondiam às cinco maiores empresas do ramo têxtil da cidade: Cia. Hering, Artex, Sul Fabril, Tecelagem Kuehnrlich e Cremer.⁹⁴



RIBEIRÃO TREZE DE MAIO

73

VILA NOVA

RIBEIRÃO ITOUPAVA

RIBEIRÃO DO TESTO

RIBEIRÃO SALTO DO NORTE

RIBEIRÃO FORTALEZA

RIO ITAJAÍ AÇU

RIO ITAJAÍ AÇU

RIBEIRÃO DA VELHA

RIBEIRÃO FRESCO

RIBEIRÃO GARCIA

plano diretor de Blumenau
assequiamento 1988

HIDROLOGIA

Fig. 6

2.2 - Barragens

Em 1973 foi formada uma Comissão Pró-Barragem, com o objetivo de pressionar o Governo Federal, no sentido de apressar o início das obras da Barragem Norte, previsto pelo DNOS para 1976, com término em 1977.

O Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados - FDPI (Ministério do Interior), liberou em 1974 US\$ 3.236.246 para construção de barragens no rio Itajaí-Açu. A barragem oeste em Taió, já estava construída; a barragem Sul, em Ituporanga, estava em execução, e era preciso apressar o início das obras da barragem Norte, situada em Salto Dollmann (Ibirama), a qual seria a maior de todas.

Até o início de janeiro daquele ano, o custo das obras ainda não executadas estava orçado em US\$ 24.271.845. O DNOS havia elaborado um programa pelo qual as prefeituras participariam do empreendimento. A divisão dos custos seria a seguinte: Fundo Especial - US\$ 1.618.123; Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - US\$ 6.472.492; DNOS - US\$ 8.899.676; prefeituras do Vale - US\$ 744.337; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - US\$ 6.537.217.⁹⁵

No ano de 1983, 35% das obras da barragem Norte já estavam concluídos, resultado do trabalho realizado até 1980, quando houve um acidente com o rompimento de uma ensecadeira (tapume colocado em volta das construções feitas debaixo d'água, para trabalhar a seco). A previsão para o término dos outros 65% era de mais três anos.⁹⁶

Finalmente, em 1987, com 2/3 das obras já executadas e dez anos após a data prevista para a sua conclusão total, a barragem de Ibirama começava a auxiliar na retenção de água, quando da ocorrência de chuvas fortes. ⁹⁷

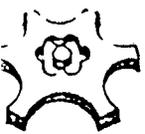
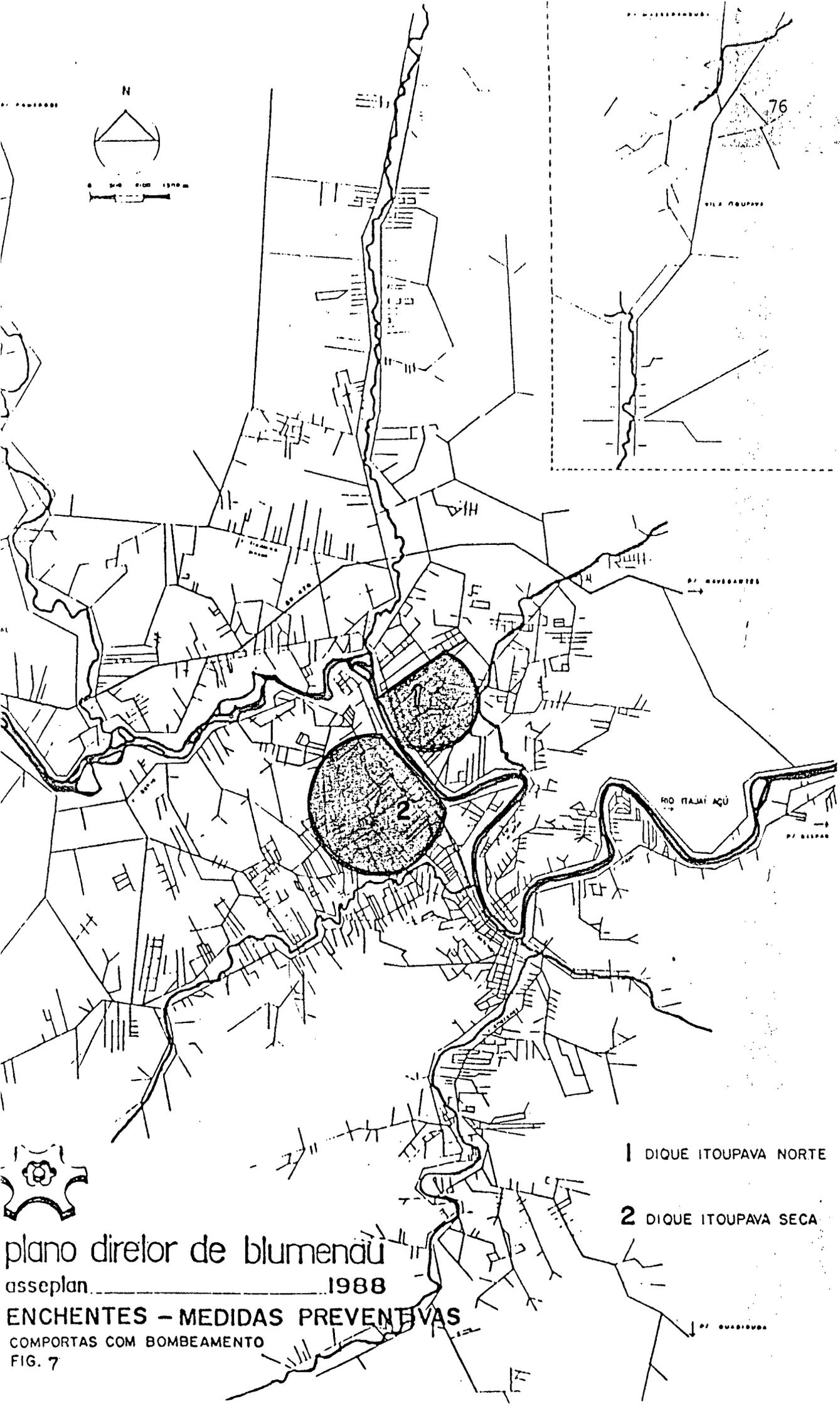
2.3 - Comportas

Em 1985, iniciaram-se em Blumenau os projetos para a construção de duas comportas para evitar inundações (Fig. 7).

O primeiro dique, no bairro Itoupava Norte, tinha um custo previsto de US\$ 215.208. Seria financiado pelo Governo do Estado, que entraria com US\$ 43.042; pelo DNOS, com US\$ 57.389, e peia comunidade do bairro, que cooperaria com US\$ 21.521 (arrecadados através de contribuições espontâneas e o bingo de um automóvel). A Prefeitura de Blumenau entraria com o restante (US\$ 93.256).

Esta comporta estava projetada para ter aproximadamente 150 metros de comprimento e duas bombas de sucção com capacidade para 250 litros por segundo. Com este dique, o bairro estaria protegido de enchentes até 18 metros.

O dique do Ribeirão do Tigre, no bairro de Vila Nova (com aproximadamente 900 metros de comprimento), atenderia também o bairro de Itoupava Seca, protegendo essas regiões contra enchentes até 17,5 metros. O projeto estava orçado em torno de US\$ 487.805, sendo US\$ 401.722 só para os equipamentos mecânicos, embora a obra ainda não tivesse prazos e recursos definidos. ⁹⁸



plano diretor de Blumenau
 asseplan. _____ 1988
ENCHENTES - MEDIDAS PREVENTIVAS
 COMPORTAS COM BOMBEAMENTO
 FIG. 7

1 DIQUE ITOUPAVA NORTE

2 DIQUE ITOUPAVA SECA

Em fevereiro de 1987, o DNOS repassou US\$ 604.705 à Prefeitura. Entretanto, por entraves burocráticos, somente em julho os recursos foram entregues à Construtora Hayashi, que seria encarregada da obra. Durante este período de seis meses, a inflação corroeu o valor real, pois a verba ficou paralisada no Banco do Brasil. O orçamento da obra nesta época (1987), dois anos depois de aprovado o projeto inicial, já havia passado para US\$ 1.406.308. Até hoje estas medidas preventivas contra enchentes não se encontram em pleno funcionamento.

2.4 - Sistema de esgotos sanitários

O município não conta com um sistema eficiente de coleta e tratamento de esgotos domésticos nem de resíduos industriais, os quais são depositados diretamente nos corpos d'água (se existem). Senão, utilizam-se fossas sépticas e sumidouros.

A tabela 2 mostra a evolução dos serviços de canalização de águas pluviais e esgotos, por bairros, realizados no período de 1961 a 1964.

Ressaltamos que nesta época, ainda incluíam-se na zona rural as localidades de Salto do Norte, Passo Manso, Itoupava Central, Fidélis, Fortaleza, Itoupavazinha, Velha Grande, Nova Rússia, Testo Salto, Jordão e Vila Itoupava.

Tabela 2 - CANALIZAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE ESGOTOS
REALIZADAS DE 1961 A 1964 (EM METROS)

B A I R R O S	A N O			
	1961	1962	1963	1964
GARCIA	141	867	581,5	923
PONTA AGUDA	250	731	423,5	439
VELHA	576	609	689,0	918
ITOUJAVA NORTE	19	474	454,0	454
ITOUJAVA SECA	338	454	713,0	568
VILA NOVA	33	426	420,0	166
VORSTADT	20	243	440,5	255,5
BOM RETIRO	51	225	228,0	89
GLÓRIA	46	218	631,0	128
PROGRESSO	19	150	42,0	149
VICTOR KONDER	357	127	316,0	167
JARDIM BLUMENAU	-	126	124,0	50
ASILO	22	120	242,0	300
VALPARAÍSO	21	102	3,0	94
RIBEIRÃO FRESCO	3	91	218,0	68
CENTRO	160	79	526,0	420
BOA VISTA	40	75	62,0	5
JARDIM PETRÓPOLIS	-	21	1,0	5
SALTO DO NORTE	-	15	52,0	32
VILA FORMOSA	-	11	144,0	201
SALTO	3	7	82,0	2
FORTALEZA	-	-	-	46
ÁREAS NÃO DEFINIDAS (*)	60	317	467,5	566

(*) Estas áreas são constituídas por ruas ou logradouros não mais encontrados no traçado urbano atual, em virtude da mudança de nome.

Fonte : Relatórios Administrativos Municipais

Durante o exercício de 1965, assentaram-se 11.797 metros de condutos para águas pluviais e servidas, que privilegiaram os seguintes bairros: Ponta Aguda, Vila Nova, Garcia, Velha, Ribeirão Fresco, Jardim Blumenau, Centro, Itoupava Seca, Progresso e Glória.

Para o período de 1966 a 1969, não há registro de atendimento discriminado por bairros. Consta no relatório administrativo da Prefeitura o emprego de 37.712 metros de tubos e 14.121 metros de manilhas, totalizando 51.833 metros, que permitiram a execução de 1431 canalizações, beneficiando 342 vias públicas.

Em 1970 foram colocados 5.219 metros de canalização, sobressaindo-se os bairros da Velha, Garcia, Asilo e Ponta Aguda.
100

Em 1973, foi encomendado ao Escritório Saturnino de Brito, no Rio de Janeiro, um projeto de esgotos sanitários, que estaria dimensionado para suportar as cargas de esgotos domésticos e despejos industriais até o ano 2000, com uma população estimada em 300 mil habitantes. Toda a rede teria uma extensão de 240.125 metros e custaria US\$ 25.844.570, constituindo-se de suas etapas:

Na primeira etapa, seriam implantados 161.430 metros, a um custo de US\$ 18.644.062, com uma média de quatro quilômetros por mês, levando pouco mais de três anos para ser concluída.

Na segunda etapa, com 78.695 metros e um custo de US\$ 7.200.508, a previsão de instalação era de aproximadamente 20 meses.¹⁰¹

Assim, toda a rede estaria concluída em 5 anos. Entretanto, o alto custo do projeto não permitiu sua execução, isto é, a implantação da rede de emissários, elevatórias e estação de tratamento.

Em 1982, o diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos - SAMAE, Guelfo Roveri, anunciou que 92,8 por cento da população de Blumenau eram atendidos pelos serviços de distribuição de água daquela Autarquia. Indagado sobre a implantação da rede de esgotos, Roveri julgou prudente aguardar a próxima mudança de governo, a qual ele acreditava seria favorável ao PMDB. Caso vencesse o candidato do partido, Jaison Barreto, então haveria possibilidade de implantar o serviço de esgoto sanitário de Blumenau, com o apoio dos governos Estadual e Federal.¹⁰²

Após as enchentes de 1983 e 1984, a situação piorou muito, pois com os bueiros entupidos, as águas passaram a subir mais rapidamente em dias de chuva forte.

Em meados de 1984, a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura iniciou a canalização de várias ruas do bairro Garcia, sendo que os 1080 tubos a serem utilizados na obra foram doados pelos moradores, através do convênio Prefeitura com a comunidade.¹⁰³

Em 1985, o prefeito Dalto dos Reis afirmou que o

projeto de sistema de esgotos, realizado pelo Escritório Saturnino de Brito em 1974, era faraônico. O prefeito da época, Félix Theiss, argumentou que a cidade, por sua topografia, é que exigia um projeto daquelas proporções. Assim, passados onze anos, a cidade continuava sem rede de esgotos, e um novo projeto custaria ainda mais caro, porque as áreas reservadas na época para a passagem da rede e instalação de estações elevatórias estavam ocupadas por loteamentos, cujas desapropriações onerariam muito a obra. 104

Assim, quase 20 anos depois da elaboração do projeto original, Blumenau continua sem o sistema de coleta e tratamento de esgotos domésticos, representando um sério problema que só tende a se agravar com o crescimento populacional.

2.5 - Coleta de lixo

Não foram encontrados dados sobre o serviço de coleta de lixo efetuado entre 1960 e 1970.

O relatório administrativo municipal referente ao período de 1970 a 1972, registra um total de 21.932 m³ de lixo retirados de prédios distribuídos pela cidade e seus bairros.

Em 1973, começou-se a preparar a implantação de um novo sistema de coleta de lixo para o centro e bairros da cidade, com a utilização de sacos plásticos pelos usuários e aquisição de novos veículos coletores com método de

compactação. Previam-se também a colocação de cestos metálicos nas calçadas.

O sistema vigente na época não possuía técnica nem planificação. A coleta passaria então a ser regularizada, com implantação de horários para cada viatura cumprir em certa área da cidade. A previsão de expansão nos trabalhos era de 65%, abrangendo locais antes precariamente atendidos.

Em princípio de 1974, a quantidade média de lixo coletada diariamente em Blumenau era de 50 metros cúbicos, depositados a céu aberto na Fortaleza. Foi realizado um levantamento na zona urbana, com a constatação de que a melhor solução para a cidade seria o aterro sanitário. Neste sistema, o lixo é depositado em solo apropriado, compactado, recebe uma camada de terra de larga espessura, para depois ser novamente comprimido. O projeto previa a entrada em funcionamento do aterro para dali a poucos meses (maio/74).¹⁰⁵ Para isso foi desapropriada uma área de 40 mil metros quadrados, às margens da BR-470, cujo terreno comportaria uma descarga prevista para 10 anos.

Em 1976, o aterro sanitário ainda não havia sido concluído e o problema se agravava. A coleta nos bairros era feita uma vez por semana, e apenas o centro era atendido diariamente. A implantação do aterro sanitário foi dificultada porque o dono da área escolhida não concordou com a indenização estipulada pela Prefeitura. Foi necessária a emissão de posse provisória do imóvel, impetrada pelo juiz

da Comarca de Blumenau, para que fossem iniciados os trabalhos.
106

Em 1977, Blumenau depositava diariamente 40 toneladas de lixo no Aterro Sanitário da região de Salto do Norte, sendo 22 toneladas de resíduos industriais e 18 toneladas domésticas.
107

No ano de 1978 o Aterro Sanitário foi destacado no Congresso Panamericano de Limpeza Urbana, em São Paulo, como modelo para tal tipo de empreendimento. Havia planos de no futuro transformar o local em uma enorme área de recreação e lazer.
108

Em 1979, já eram coletadas cerca de 70 toneladas de lixo nos domicílios blumenauenses, enquanto aproximadamente 30 toneladas eram geradas pelos estabelecimentos comerciais e industriais, perfazendo assim 100 toneladas diárias depositadas no Aterro Sanitário. O progressivo aumento da produção diária de lixo esgotaria a capacidade do aterro em quatro anos. Com base nisto, foi apresentado à Prefeitura um anteprojeto de uma Usina de Beneficiamento de Lixo, a qual teria condições de reaproveitar 70% do lixo, tornando-se inclusive rentável com a comercialização do material resultante, que poderia ser utilizado como fertilizante. Os 30% restantes, eliminados de todo o material orgânico e sem exalar qualquer cheiro, seriam depositados no Aterro Sanitário.
109

Foram liberados, em julho de 1982, por parte da

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (órgão do Governo Federal), recursos na ordem de US\$ 158.292, para que a Prefeitura de Blumenau pudesse implantar o seu projeto de aproveitamento de resíduos sólidos urbanos. A FINEP investiria um total de US\$ 229.667 no projeto, que previa a instalação, no aterro sanitário, do maior biodigestor já construído na América Latina, com capacidade para mil metros cúbicos e com uma produção de 500 metros cúbicos de gás por dia.

Os resíduos já depositados no aterro, após a decomposição, produziram gás metano, a ser utilizado inicialmente pela INTESA - Indústria Têxtil Salto, localizada ao lado do complexo, e no futuro, os próprios caminhões coletores de lixo seriam abastecidos com este combustível.

Dos US\$ 158.292, a Prefeitura recebeu US\$ 87.817 em 1982, desenvolvendo assim somente a parte inicial do projeto. Quando fossem liberados os US\$ 70.475 restantes é que as obras teriam continuidade.¹¹⁰

Em março de 1983, o município já produzia 180 toneladas diárias de lixo, sendo que apenas 120 eram recolhidas. Da frota de 11 caminhões da Prefeitura, apenas 4 estavam em funcionamento, estando o restante em reformas ou manutenção.

Como a frota não era renovada desde 1981, a Prefeitura estudava a possibilidade de diminuir a frequência de coleta nos bairros, visando uma coleta alternada regular.

Da coleta diária efetuada pela frota, aproximadamente 47% correspondiam ao lixo domiciliar, 29 % da coleta especial para as indústrias, 9% de varrição de ruas, 3% de lixo de feiras livres, 2% de lixo orgânico e 9%¹¹¹ de remoção de entulhos.

Em 1984, oito anos após o início de seu funcionamento, o Aterro Sanitário estava próximo do ponto de saturação. No entanto, as obras do BIODURB - o projeto de aproveitamento de material - estavam paralisadas havia mais de um ano, sendo que somente as galerias haviam sido concluídas.

Em julho daquele mesmo ano, estimava-se a produção diária de lixo em Blumenau, em cerca de 160 a 200 toneladas. Deste volume, apenas 60% eram recolhidos.

Nesta época, a INTESA, indústria têxtil que utilizaria o gás metano a ser produzido no aterro sanitário, havia falido. Além disso, o projeto BIODURB já estava orçado em mais de US\$ 57.854, contra os US\$ 14.463 previstos em¹¹² 1981.

Em 1985, a usina de reciclagem de lixo, adquirida pela Prefeitura no início de 1982, foi considerada pelo Diretor do Departamento Municipal de Serviços Urbanos, Engº Fernando Ferlich Meireles, como sendo tecnicamente inviável, bem como o biodigestor que já estava instalado no Aterro Sanitário. O referido diretor argumentou que este local era inadequado para a instalação da usina, sendo que a

administração anterior não havia deixado documentos sobre o projeto, que permitissem a sua operacionalização, com algumas adaptações.¹¹³

O empréstimo feito junto à FINEP foi devolvido à origem pelo prefeito Dalto dos Reis, que não levou adiante o projeto da usina porque o alto custo do investimento não apresentava retorno imediato. Como o valor inicialmente contratado junto ao Banco do Brasil já não era suficiente para construir toda a usina, novos empréstimos teriam de ser conseguidos.

A pesquisa verificou a total inexistência, nos órgãos públicos responsáveis, de um registro sistemático da coleta de lixo em Blumenau.

A partir de quando o Eng^o Fernando Ferlich Meireles assumiu a diretoria do Departamento Municipal de Serviços Urbanos, passou a existir uma controvérsia em torno das informações prestadas à imprensa, no que se refere à produção diária de lixo no município. Em suas entrevistas, informava que:

- em julho de 1984, a massa recolhida estava entre 160 e 200 toneladas diárias;
- em dezembro do mesmo ano, já se falava em 280 ton/dia;
- em abril de 1985, retornava-se às 200 ton/dia;
- em outubro e novembro de 1985, eram 100 ton/dia;
- em janeiro de 1987, eram 105 ton/dia;
- em janeiro de 1988, 120 ton/dia.

Como vemos, não há um registro lógico do crescimento da produção de lixo em Blumenau nesse período.

O Plano Diretor/1988, que é resultado de levantamento de toda realidade urbanística do município, durante vários anos, apresenta os seguintes dados:

QUADRO 1 - ATIVIDADES DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA

S E R V I Ç O S	1986	1987
Coleta Ordinária (ton.)	19.714,5	17.190,0
Coleta Especial (ton.)	12.223,0	12.122,5
² Varrição Normal (m)	21.366.000	14.334.000
² Operação Concentrada (m)	7.278.000	7.630.000
Depósito de lixo no aterro (ton)	41.498	42.831

Fonte : Departamento de Serviços Urbanos da P.M.B.

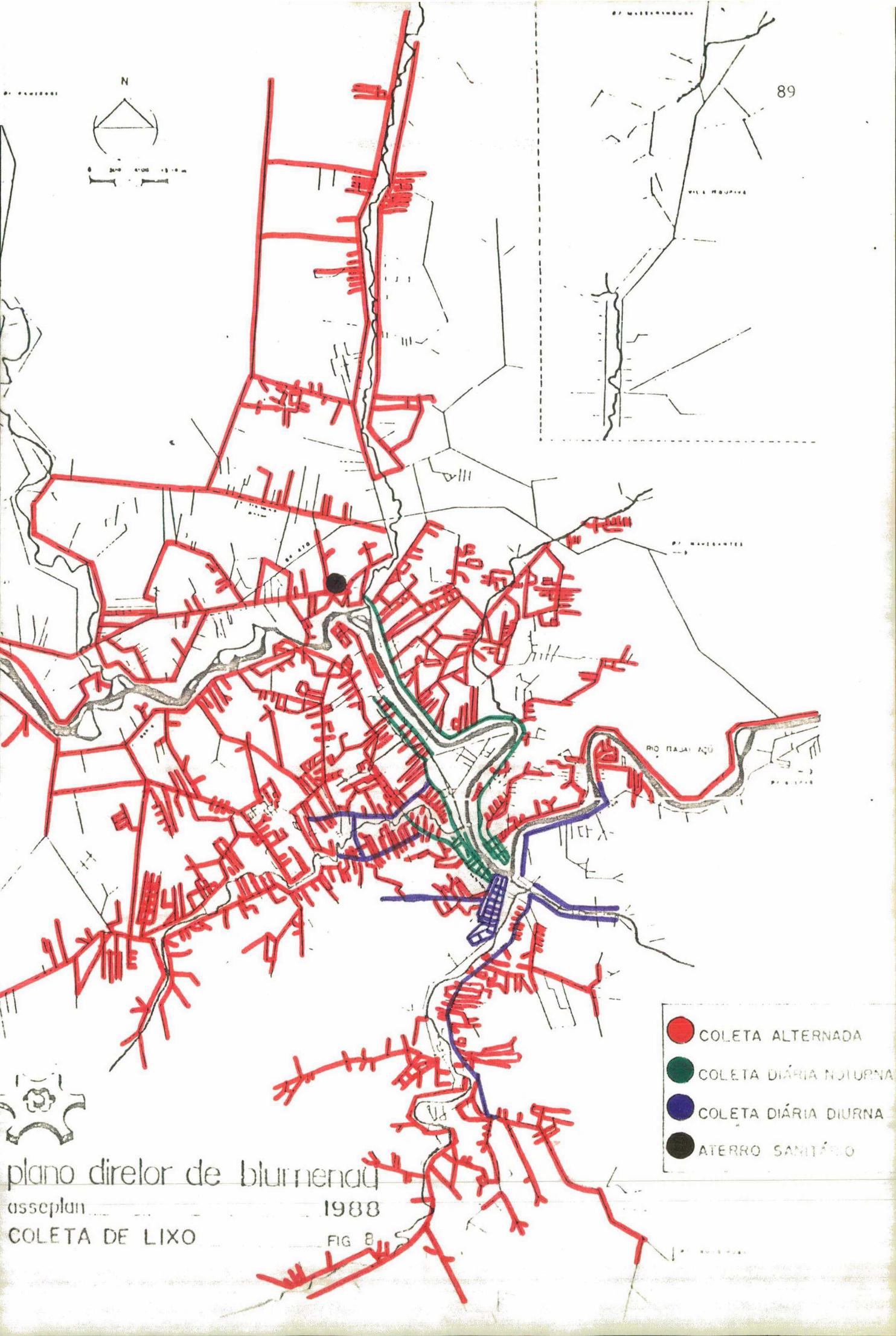
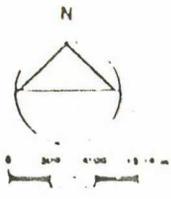
Indagado sobre o assunto, em julho/91, o Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, Rui Meimberger, informou que quando assumiu a administração do referido setor, não havia nenhum registro evolutivo da produção de lixo em Blumenau, o que passaria a ser feito em breve. Sua estimativa, para a época, era a seguinte:

- lixo domiciliar: 90 ton/dia;
- lixo industrial e comercial: 30 ton/dia;
- lixo não especificado: 30 ton/dia.

O município é dividido em 19 zonas de coleta, e a frequência de atendimento é demonstrada na Figura 8.

O referido Departamento pretende retomar o projeto da usina de reciclagem do lixo. Segundo a Assessoria de Planejamento da Prefeitura, está em negociação uma área para execução de novo Aterro Sanitário, que contará com incineradores para o lixo hospitalar, o qual atualmente é recolhido juntamente com o lixo doméstico, tendo ambos a mesma destinação final.

O Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal está desenvolvendo junto a algumas comunidades um programa de reciclagem do lixo doméstico, sendo que os recursos auferidos com a venda do material reaproveitável revertem para obras dentro da própria comunidade. O programa teve início em áreas nobres da cidade, como o Loteamento City Filgueiras (Anel Viário Norte, entre os bairros Vorstadt e Ponta Aguda) e a região da rua Coronel Feddersen (Itoupava Seca). A razão, segundo a coordenadora das atividades, Sra. Ana Holzer, é que estas localidades produzem um lixo de "melhor qualidade", com alto grau de reaproveitamento. Como os moradores possuem um nível de instrução mais alto, a receptividade ao projeto é maior. Se a medida se consolidar em áreas privilegiadas, sua extensão aos bairros de menor poder aquisitivo dar-se-á naturalmente.



- COLETA ALTERNADA
- COLETA DIÁRIA NOTURNA
- COLETA DIÁRIA DIURNA
- ATERRO SANITÁRIO

plano diretor de Blumenau
 asseplan 1988
 COLETA DE LIXO

FIG. 8

2.6 - Sistema de Abastecimento de Água

O sistema de Abastecimento de Água foi iniciado no governo do prefeito José Ferreira da Silva, em 1940, com o levantamento de um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal. Os estudos foram feitos pelo Departamento de Administração Municipal. O serviço foi inaugurado em 25/11/43, na gestão do prefeito Afonso Rabe. ¹¹⁴

Desde aquela data, o Serviço Público de Abastecimento de Água foi administrado pela Prefeitura. Como o antigo sistema não acompanhou o crescimento da cidade, aumentaram os problemas de abastecimento, o que demandou mudanças na política sanitária. Assim, em agosto de 1966 foi criada uma Autarquia Municipal, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos - SAMAE, com a função de administrar o sistema existente e construir o novo sistema.

A Tabela 3 demonstra a evolução dos serviços prestados à população, no período de 1960 a 1966.

A partir de 1967, os relatórios municipais deixam de ser elaborados anualmente, passando a englobar, muitas vezes, um período de até quatro anos.

No relatório atinente ao período de 1966 a 1969, na administração do prefeito Carlos Curt Zadrozny, registrou-se um empréstimo que a Prefeitura conseguiu junto ao antigo Grupo Executivo de Financiamento para Abastecimento de Água (FISANE), no valor de US\$ 587.283, destinado a custear as

Tabela 3 - ATIVIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 1960 A 1966

ESPÉCIE DE SERVIÇOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
Ligações domiciliares efetuadas no ano	109	96	134	97	109	98	214
Total de ligações domiciliares existentes	4.047	4.143	4.277	4.374	4.483	4.581	4.795
Rede de abastecimento de água (m)	66.922	67.512	68.290	69.507	71.647	72.140	76.430
Hidrômetros instalados no ano	57	33	98	117	242	157	139
Total de hidrômetros existentes	3.790	3.823	3.921	4.038	4.280	4.437	4.576
Leituras de hidrômetros efetuadas	41.125	42.960	43.180	--	45.856	46.194	--
Consumo médio (m) ³	1.147.249	--	1.237.414	--	1.642.930	--	--
Nº de contribuintes	5.387	5.515	5.684	5.833	6.212	6.472	6.615
Prédios abastecidos	4.097	4.188	4.253	4.378	4.622	4.896	4.982

Fonte : Relatórios Administrativos Municipais

obras do novo sistema de abastecimento, orçado em US\$ 1.391.225. Nesta época, as ligações domiciliares somavam 5.507.

A implantação da nova rede de distribuição de água teve início no período de 1970 a 1972, já sob a administração de Evelásio Vieira. Na Tabela 4 podemos observar a evolução no atendimento à população no referido período.

Os trabalhos realizados pelo SAMAE tinham cobertura financeira de acordos de financiamento existentes entre a Municipalidade de Blumenau e o Sistema Financeiro do Saneamento (BNH). Entretanto, como esses recursos eram insuficientes para a conclusão das obras, empréstimos adicionais foram solicitados ao Fundo Nacional de Saúde e ao Ministério do Interior. Também a Prefeitura contribuiu com expressiva importância.

Em novembro de 1973, foi aprovada a Lei nº 1984, resultante de um projeto elaborado pelo Executivo Municipal (segundo orientação do governo federal), e que tratava da extinção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos, com a consequente passagem da exploração destes serviços para a Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN. A extinção oficial teria o prazo máximo de noventa dias.

Este processo seguia uma tendência nacional, e para forçar a encampação, o governo federal cortava os créditos para os serviços municipais, destinando os recursos para uma

Tabela 4 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA À POPULAÇÃO ENTRE 1970 E 1972

ANO	População Urbana (hab.)	Quantidade de Tubos Colocados (m)	Ligações Existentes	Residências Abastecidas	População Abastecida (hab.)	População Abastecida (%)
1970	85.000	15.234	5.743	6.860	34.300	40,35
1971	87.260	24.697	6.270	7.767	38.835	44,50
1972	89.870	55.166	7.358	8.967	44.535	52,50

Fonte : Relatórios Administrativos Municipais

única empresa estadual. Esta imposição se justificava pelo fato de a assinatura do Projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) e a realização de outros projetos vinculados ao governo federal exigirem a adesão ao PLANASA (Plano Nacional de Saneamento).¹¹⁵ Detalhes sobre o Projeto CURA serão apresentados mais adiante. Dois anos e meio depois de oficialmente extinto, em setembro de 1976, o SAMAE continuava em situação irregular, sendo administrado provisoriamente pela Prefeitura. Como foi desfeito o contrato com a Fundação de Saúde Pública, nada se investiu no setor neste período.¹¹⁶

O ano de 1977 foi dado como de intensa atividade para o abastecimento de água. Segundo o prefeito Renato Viana, em seu relatório aos 20 meses de administração:

Blumenau levou 126 anos para ter uma rede de água de 355 quilômetros de extensão. Em apenas um ano, pouco depois da cidade ter completado seu 127º aniversário, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos somou a seu sistema de distribuição de água potável, mais 56 quilômetros de rede, quantidade equivalente ao que se poderia ter feito em 18 anos. ¹¹⁷

A instalação de redes de distribuição de água, ou prolongamentos de redes já existentes, executados entre 1970 e 1989, são demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5 - INSTALAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR BAIRROS

B A I R R O	NÚMERO DE RUAS BENEFICIADAS							
	1970 a 1972	1977	1978	1979	1980	1981	1983	1989
! ITOUPAVA NORTE	! 24	! 5	! 7	! 7	! 1	! 8	! 3	! 3
! ASILO	! 12	! 8	! 6	! 2	! 4	! 12	! 5	! 3
! VILA NOVA	! 5	! 2	! 2	! 2	! 4	! 2	! 6	! 2
! SALTO DO NORTE	! 4	! 6	! 5	! -	! 5	! 5	! -	! 8
! ITOUPAVA SECA	! 3	! -	! 2	! 1	! 3	! 2	! 1	! 9
! VELHA	! 3	! 22	! 18	! 15	! 11	! 10	! 9	! 36
! SALTO	! 3	! 3	! 2	! 1	! 4	! 1	! -	! -
! GARCIA	! 3	! 18	! 9	! 19	! 6	! 9	! 5	! 30
! VILA FORMOSA	! 2	! 1	! 4	! 1	! -	! -	! 1	! -
! VICTOR KÖNDR	! 2	! -	! -	! 1	! -	! -	! -	! -
! JARDIM BLUMENAU	! 2	! -	! -	! -	! 1	! 1	! -	! -
! BOM RETIRO	! 1	! -	! -	! -	! 4	! 1	! 1	! -
! RIBEIRÃO FRESCO	! 1	! 2	! -	! 2	! 2	! -	! -	! 5
! PONTA AGUDA	! -	! 12	! 7	! 7	! 4	! 4	! 5	! -
! FORTALEZA	! -	! 10	! 11	! 6	! 6	! 8	! 6	! 15
! VALPARAÍSO	! -	! 6	! 3	! 2	! 2	! -	! -	! -
! VORSTADT	! -	! 3	! -	! 2	! 2	! -	! 4	! 2
! GLÓRIA	! -	! 2	! 32	! -	! -	! -	! -	! -
! CENTRO	! -	! 1	! -	! -	! -	! -	! -	! 2
! PROGRESSO	! -	! 1	! 12	! 12	! 2	! 2	! 3	! 3
! BOA VISTA	! -	! 1	! 1	! -	! -	! -	! -	! -
! ITOUPAVA CENTRAL	! -	! -	! 6	! 1	! 2	! 1	! 3	! 11
! PETRÓPOLIS	! -	! -	! -	! -	! 1	! -	! -	! -
! BADENFURT	! -	! -	! -	! -	! -	! -	! -	! 12
! PASSO MANSO	! -	! -	! -	! -	! -	! -	! -	! 5
! SALTO WEISSBACH	! -	! -	! -	! -	! -	! -	! 1	! 3
! ÁREAS NÃO DEFINIDAS	! 5	! -	! 2	! 9	! 4	! 7	! 3	! -

Fonte : Relatórios Administrativos Municipais
Relatórios de Atividades do SAMAE

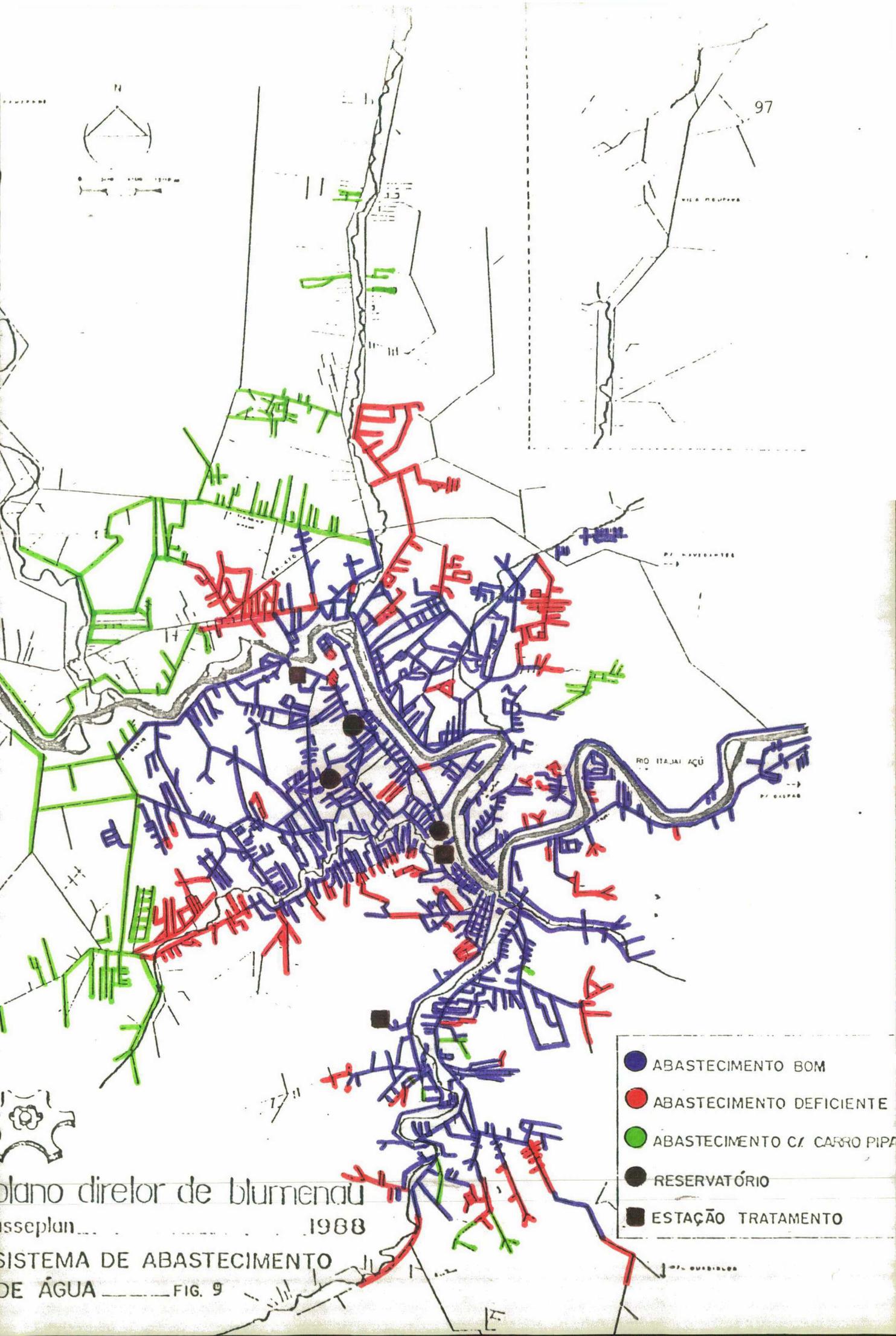
Com relação ao ano de 1982, não foram encontradas referências sobre o assunto na imprensa, nem relatório de atividades do SAMAE.

O ano de 1983 foi de muitos prejuízos e poucos investimentos para o município, devido ao fato de toda verba disponível e obtida extraordinariamente reverter-se para recuperação de obras públicas destruídas ou danificadas pelas cheias (8 até o mês de agosto), em especial pela de julho, que foi a maior.

De 1984 a 1988, há carência de informações oficiais, por não terem sido encontrados relatórios do SAMAE. Em princípio de 1984, a autarquia admitia não haver condições de atender a periferia, por falta de verbas. Aproximadamente 15% da população, ou seja, 30 mil pessoas, não recebiam água encanada, nos seguintes bairros: Itoupava Central, Itoupavazinha, Itoupava Norte, a parte final da Velha e do Água Verde. Para a região "das Itoupavas" não havia sequer projeto para implantação de redes de água. ¹¹⁸

Ao final de 1985, cerca de 87% da população blumenauense utilizava os serviços do SAMAE (Figura 9). O restante era atendido através do sistema de carros-pipa ou se utilizava de água de poços freáticos. ¹¹⁹

Dois anos depois, o problema de abastecimento se agravava, principalmente nas regiões mais altas. A frota de carros-pipa já contava com 10 unidades, para atender 1.500 famílias. Segundo o então diretor do SAMAE, Carlos Henrique



VILA MOURA

PR. NAVIGANTES

RO. ITAJAÍ AÇÚ

PR. GASPAB

- ABASTECIMENTO BOM
- ABASTECIMENTO DEFICIENTE
- ABASTECIMENTO C/ CARRO PIPA
- RESERVATÓRIO
- ESTAÇÃO TRATAMENTO

plano diretor de Blumenau
 1988
 SISTEMA DE ABASTECIMENTO
 DE ÁGUA — FIG. 9

Jacobs, os casos mais graves de desabastecimento se encontravam no Garcia, Velha Grande e Fortaleza, por serem pontas de redes ou regiões elevadas, onde a água não chega por falta de pressão. Muitas localidades já corriam o risco de um colapso em pouco tempo.

A década de 80 encerrou-se com um total de 35.538 ligações domiciliares no município. Em 1989, último ano analisado por esta pesquisa, foram iniciadas obras de ampliação da rede, com o objetivo de eliminar o atendimento através de carros-pipa, muitos dos quais se encontravam frequentemente fora de operação, para manutenção.

3. O PROJETO CURA

Alguns anos após a sua criação, o BNH passou a expandir suas atividades para outras áreas do desenvolvimento urbano. A lei que criou o órgão facultou-lhe também a atuação na área de saneamento. Segundo AZEVEDO e ANDRADE:

A expansão das atividades do BNH não se deu, todavia, como mero resultado do cumprimento do dispositivo legal. A experiência dos primeiros anos tinha mostrado que não bastava apenas construir casas: era preciso dotá-las de infra-estrutura adequada. Os conjuntos habitacionais eram alvo de críticas precisamente por lhe faltarem esses requisitos. 121

Em 1972 foi criado o Projeto CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada - cujos objetivos eram racionalizar o uso do solo urbano, melhorar as condições de infra-estrutura das cidades e corrigir as distorções causadas pela especulação imobiliária. Ainda conforme AZEVEDO e ANDRADE:

Atraídas pela possibilidade de contarem com recursos para obras, muitas prefeituras se vêm levadas pelo BNH a aderir ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) como condição para ingressarem no CURA. Esse requisito, aliado às pesadas condições de financiamento que envolvem correção monetária, tornam o CURA nem sempre vantajoso, especialmente para os pequenos municípios, que não dispõem de base industrial de arrecadação. 122

Em agosto de 1973, foi aprovada a aplicação do Projeto Cura em Blumenau, por um período de três anos, com

um investimento de aproximadamente US\$ 2.057.878. O projeto abrangeria os bairros de Vila Nova, Velha e Escola Agrícola, e previa obras de infra-estrutura como pavimentação de ruas, energia elétrica, saúde, telefone, entre outros.

O financiamento seria através do BNH - Banco Nacional de Habitação. Ao fim dos três anos de execução do projeto, teria início o pagamento do investimento, o qual se estenderia por 20 anos. Blumenau seria a primeira cidade do sul do país a participar do programa, que já havia sido aplicado em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e algumas cidades do Norte e Nordeste. O Projeto CURA tinha uma taxa de retorno em 10 anos, com carência de dois anos e juros de 8% ao ano.¹²³

Em maio de 1975, o valor do empréstimo para o Projeto foi aumentado para US\$ 2.440.487, apesar de não ter sido ainda liberada nenhuma parcela da verba, porque não foram apresentados, todos de uma vez, os cronogramas físico-financeiros previstos no projeto.¹²⁴ Devido a este detalhe, atrasou-se o início dos trabalhos, marcado para fevereiro daquele ano. As principais obras propostas eram a complementação da rede de abastecimento de água em 2.600 metros, implantação de esgotos sanitários em toda a área (instalando 20 Km) e canalização das águas pluviais.¹²⁵

Com base na exigência de adesão ao PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), extinguiu-se oficialmente o SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos), naquele

mesmo ano de 1973. Enquanto durou a questão sobre quem assumiria de fato os serviços do SAMAE, o município só teve perdas, pois não foram feitos investimentos de espécie alguma. E, depois de tudo, no final de 1977, a Prefeitura de Blumenau desistiu do Projeto CURA. O motivo foi o de que este tipo de empréstimo sofre oscilações no prazo de amortização e comprometeria seis administrações.

4. OS INCENTIVOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL AO SETOR PRIVADO

A Associação Comercial e Industrial de Blumenau, fundada em 16 de julho de 1898, é uma das mais antigas do Brasil e até 1922 teve a seu encargo o controle da rede telefônica no município, o que representava mais de 50% de sua renda anual.
126

O setor industrial é a principal atividade do município, gerando um grande número de empregos. Em 31 de agosto de 1970 foi criada a Lei nº 1.672, que concedia incentivos econômicos e fiscais, para expansão de parques fabris. Estes incentivos poderiam se dar em forma de doação de terrenos, isenção de impostos por cinco anos ou terraplenagem e drenagem do terreno.

Em 1974 a Prefeitura desviou o tráfego no final da rua Amazonas (no bairro Garcia), para passar por trás da Empresa Industrial Garcia, que havia se associado ao Grupo Artex. As duas empresas estavam separadas apenas pela rua, o que dificultava o transporte e estocagem de mercadorias e produtos.
127

Com o material retirado da nova via que a Prefeitura abriu, a Artex fez um aterro na rua Emílio Tallmann, o que trouxe sérios problemas aos moradores das imediações. As casas ficaram abaixo do nível da rua e o risco de alagamento era grande a qualquer chuva mais forte.

Em julho daquele mesmo ano, o Executivo enviou à Câmara de Vereadores um projeto de lei, pedindo autorização para a municipalidade formalizar uma troca de terrenos com a

Cremer S.A. Produtos Têxteis e Cirúrgicos. Pelo projeto, o governo municipal entregaria à Cremer uma área de terras remanescente de um imóvel desapropriado, com 550,45 metros quadrados, da qual a empresa necessitava para construir uma estação de tratamento de águas servidas. Em troca, a Cremer cederia à Prefeitura um terreno no bairro da Ponta Aguda, atingido pelo novo traçado da rua República Argentina, com 237,20 metros quadrados. Apesar dos terrenos terem dimensões diferentes, a permuta foi feita sem qualquer compensação pelas partes, transferindo-se simplesmente um pelo outro. ¹²⁸

Entre as empresas que receberam incentivos fiscais e econômicos da municipalidade, além daquelas supracitadas, constam: Indústria Têxtil Companhia Hering, Fiovale - Indústria e Comércio de Fios Têxteis Ltda., Empresa Cetil (processamento de dados), Malhas Lancaster Ltda., Rigesa - Celulose, Papel e Embalagens Ltda., Produtos Alimentícios Medeiros Ltda., Albany Internacional Ind. e Com. Ltda., Dudalina S.A. Ind. e Comércio, Torrefação e Moagem de Café Uru, Cristais Blumenau S/A, Cristalerie Strauss, Cia. Têxtil Karsten, Encadernação e Gráfica Odorizzi Ltda. ¹²⁹

A enchente de 1983 atingiu muitas das 5400 micro empresas existentes em Blumenau, e originou um êxodo em direção a municípios próximos, livres das cheias, e onde já estava em funcionamento o projeto de pólo micro empresarial efetuado pelo governo do Estado.

Como a Prefeitura Municipal não tomou nenhuma

providência no sentido de viabilizar uma área de terra que possibilitasse a relocação das micro indústrias afetadas pelas chelas, o governo do Estado anunciou a disposição de adquirir um terreno para este fim.¹³⁰

A repetição da tragédia em 1984, desta vez atingindo empresas de maior porte, e o descaso da Prefeitura quanto à implantação do distrito industrial, desencadearam novas ameaças de transferências de indústrias para outros municípios.

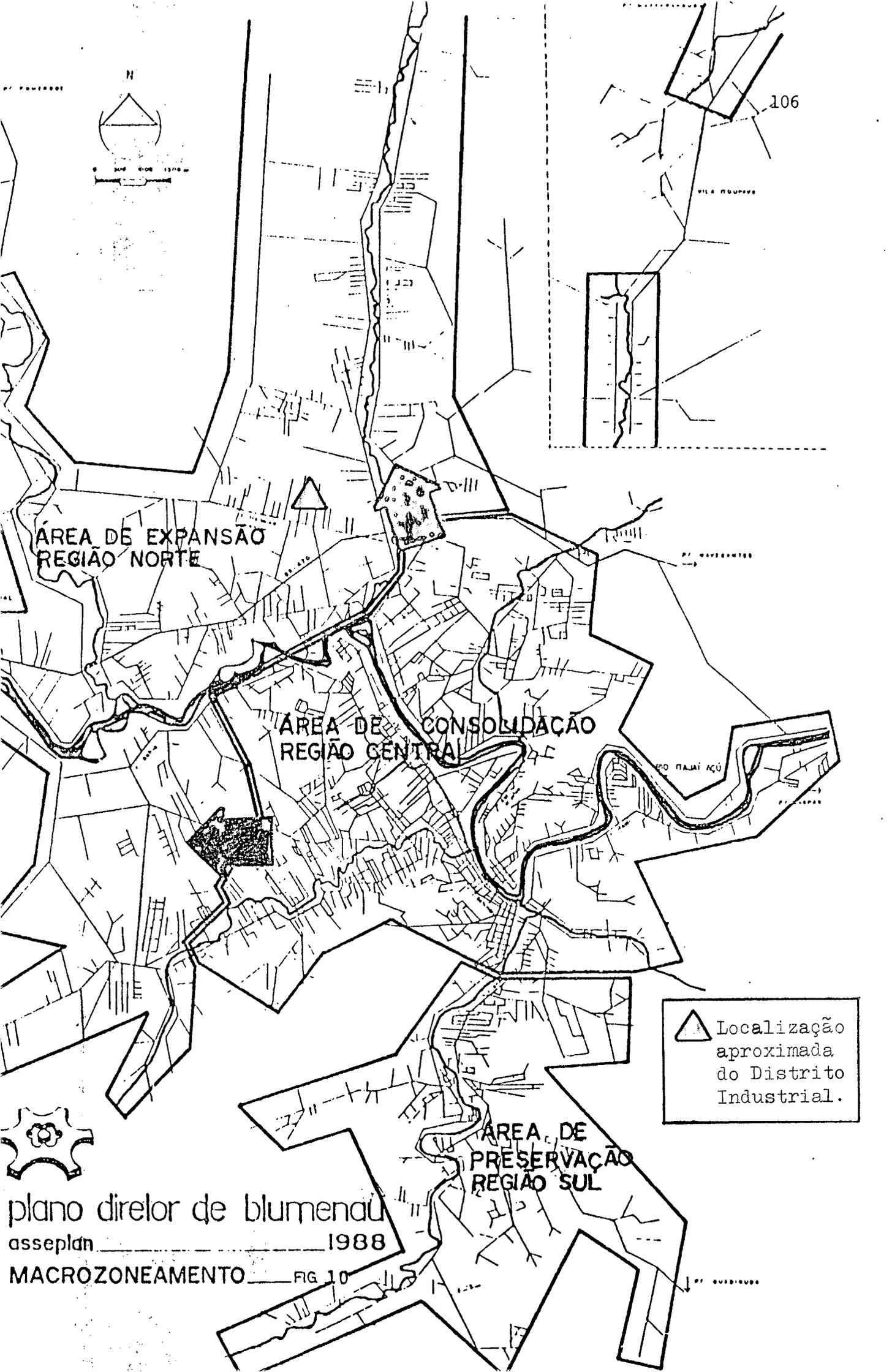
Em novembro de 1984, a Câmara Municipal aprovou o projeto-de-lei nº 713/84, o qual autorizava o Executivo a receber, em regime de reversão, uma área de 62.214 metros quadrados doados em 1976 à Grahl S/A - Implementos Rodoviários. A empresa falhou antes de se instalar no terreno, tendo realizado, entretanto, benfeitorias como terraplanagem e canalização. Por conta destes investimentos, a massa falida da empresa ficaria com 15.000 metros quadrados, cabendo à administração municipal os 47.214 metros quadrados restantes, os quais seriam utilizados para a implantação do Pólo Micro Empresarial de Blumenau.¹³¹

O Distrito Industrial foi criado em agosto de 1985, mas devido à falta de infra-estrutura, poucas empresas lá se instalaram. No início de 1988, ainda não havia recebido pavimentação, canalização de água tratada, nem linhas regulares de ônibus, benfeitorias estas que eram promessas

eleitorais de administrações municipais e estaduais
anteriores. ¹³²

Segundo a Prefeitura, o que tem impedido o desenvolvimento do Distrito Industrial é, principalmente, a falta de pontes interligando a região central da cidade (já consolidada) com a região norte, para onde devem se expandir as ocupações (Figura 10).

A precariedade de acesso dificulta a extensão das obras de infra-estrutura urbana, contribuindo inclusive para o desinteresse por parte das indústrias em se instalarem no referido complexo, já que na área central encontram melhores ¹³³ condições para o desempenho de suas atividades.



ÁREA DE EXPANSÃO
REGIÃO NORTE

ÁREA DE CONSOLIDAÇÃO
REGIÃO CENTRAL

ÁREA DE PRESERVAÇÃO
REGIÃO SUL

▲ Localização
aproximada
do Distrito
Industrial.

plano diretor de Blumenau
asplân 1988
MACROZONEAMENTO FIG. 10

5. OS AGENTES ORGANIZADORES DO ESPAÇO URBANO EM BLUMENAU

5.1 - O processo produtivo

A passagem para o estágio industrial acelera a urbanização das cidades, com maior afluência de contingentes populacionais e a diversificação de funções no interior delas. As grandes empresas industriais e comerciais assumem um papel fundamental quanto à demanda do espaço urbano. COSTA as classifica como "agentes capazes de disputar em condições correntes de mercado, os imóveis tipicamente urbanos, isto é, que apresentem padrões de acessibilidade, vizinhança e infra-estrutura considerados satisfatórios." ¹³⁴

As primeiras manufaturas que se instalaram em Blumenau, procuraram fazê-lo sempre em regiões providas de cursos d'água, ficando assim auto-suficientes quanto ao abastecimento de água e também de energia hidráulica necessários ao seu funcionamento. Também quando a energia elétrica se tornou primordial, o setor privado reuniu-se para viabilizar a instalação de usinas.

A medida que as atividades manufatureiras demandavam um número maior de trabalhadores, principalmente os especializados, era preciso recrutá-los em outras regiões. Para isso, era importante oferecer vantagens, e a moradia era uma delas. Assim, utilizou-se uma estratégia comum no processo produtivo: a construção de vilas operárias ao redor das fábricas, ou auxílios aos operários que possuísem

terrenos a uma determinada distância das empresas, para que pudessem construir suas casas. Sobre o assunto, encontramos em BLAY:

As casas construídas pela fábrica eram alugadas aos seus próprios operários. A casa constituía um abrigo para o trabalhador. Era quase um prêmio conseguí-la numa época em que a construção civil era incipiente. Pode-se recompor as condições de sujeição às quais o empregado se colocava quando tinha seu emprego e sua casa vinculados. 135

Estes dois requisitos do processo produtivo, ou seja, a proximidade das fontes de energia e da moradia dos operários, também são analisados por CORREA:

A partir de meados do século XIX a industrialização vai gerar dois padrões locacionais intra-urbanos. De um lado, um padrão envolvendo áreas que eram periféricas, mas não distantes do espaço urbanizado de modo contínuo. Tal padrão tinha na indústria têxtil um bom exemplo. Tratava-se de fiações e tecelagens localizadas junto às fontes de energia hidráulica e de águas límpidas necessárias às suas diversas operações fabris. Isoladas da cidade, tais indústrias tinham junto de si uma força de trabalho cativa, residindo em vilas operárias: criou-se assim um espaço industrial constituído de lugar de produção e de residência. Em breve este espaço seria efetivamente incorporado à cidade, tornando-se um bairro ou um subúrbio. 136

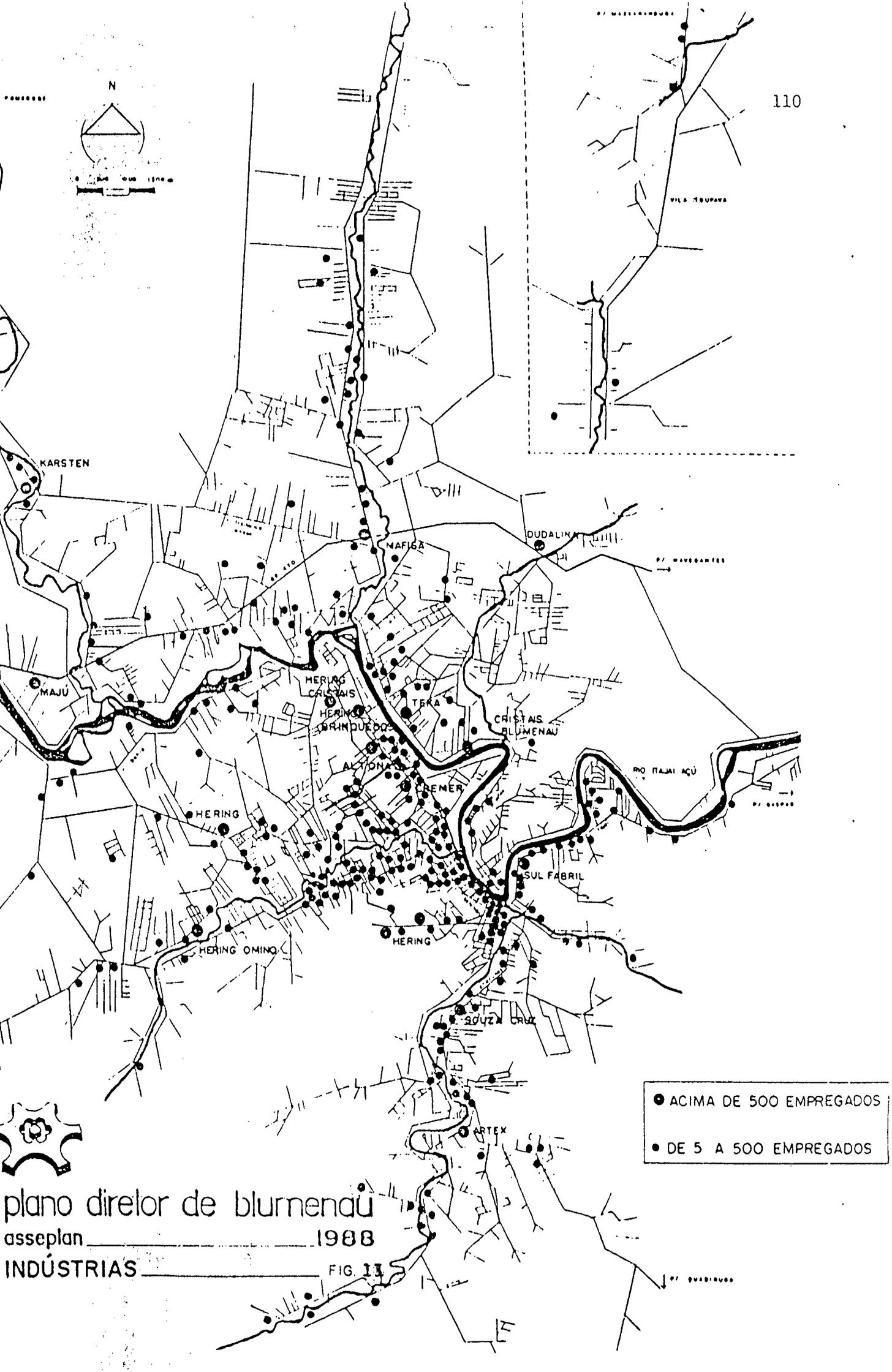
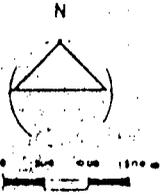
Esta situação verificou-se em Blumenau, pois os bairros de Itoupava Seca/Norte, Bom Retiro/Velha e Garcia (onde se instalaram as primeira grandes manufaturas, que

procuravam sítios vantajosos) transformaram-se em bairros-pólos da expansão urbana, caracterizados pela presença de fábricas, residências de industriais e também moradias de trabalhadores daquelas fábricas. ¹³⁷ A partir destes bairros-pólos, as indústrias dispersaram-se por toda a cidade, não havendo uma distinção clara entre áreas residenciais e áreas industriais (Figura 11).

Apesar da importância de suas funções dentro do espaço urbano blumenauense, as indústrias tiveram muito pouca participação na instalação de equipamentos urbanos nos últimos anos. No setor da habitação, as iniciativas privadas cessaram no início da década de 60. Coincidentemente, nessa época é criado o Banco Nacional da Habitação, que vem para corrigir as distorções de sua antecessora, a Fundação da Casa Popular, e atender a demanda da população. Acontece, a partir daí, um gradual repasse de incumbências por parte das empresas ao Estado.

Quanto ao saneamento básico, o processo produtivo nunca participou da tarefa de prover o município de redes de distribuição de água ou sistemas de esgotos, pois se auto geria. Isto se refere às indústrias tradicionais e de maior porte, que já há muito tempo instalaram-se próximas a cursos d'água, os quais atendiam suas duas necessidades: abastecimento de água e depósito de resíduos.

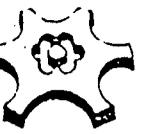
O consumo de água pelas indústrias também prejudica algumas regiões da cidade. Em 1987, moradores do bairro



- ACIMA DE 500 EMPREGADOS
- DE 5 A 500 EMPREGADOS

plano diretor de blumenau
 asseplan _____ 1988
 INDÚSTRIAS _____

FIG. II



Fortaleza queixavam-se do alto consumo da fábrica da Coca-Cola, que tirava toda a pressão da rede. No bairro Salto do Norte, em 1982, as empresas CONCRETEX e MAFISA comprometiam o abastecimento, pois só à noite e aos domingos a água chegava às torneiras.

O bairro Garcia é um dos mais desenvolvidos do município, tendo mais de 100 casas comerciais, pequenas, médias e grandes empresas, e como principal indústria, a Artex, detentora da maior parte de mão-de-obra daquela comunidade. Mas ainda são muitos os problemas sofridos na localidade, que é duramente atingida por enchentes e enxurradas.

A rua Amazonas, principal via de acesso ao bairro, foi muito prejudicada pela enchente de 1983, e ganhou um projeto de recuperação em 1984. A Prefeitura, através da Secretaria de Obras, entraria com o recurso humano. O material foi arrecadado junto a várias empresas. A Sulfabril doou 20 toneladas de emulsão asfáltica e a Cremer doaria a pedra-brita.

Durante todas as etapas de nossa pesquisa, este foi o primeiro e único registro encontrado sobre a participação das indústrias em obras de melhoramentos urbanos em Blumenau.

5.2 - O poder público

O Estado é o principal articulador e mantenedor de melhorias urbanas, entre outras funções, conforme CORREA:

... é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras as normas de zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população, que o Estado se torna o alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana. 141

A nível municipal, a atuação do Estado é mais concreta, pois a lei garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano,¹⁴² e é nesse campo que a rede de interesses se torna mais visível.

No presente estudo, o principal agente administrador foi a Prefeitura Municipal de Blumenau, que contou com o apoio e financiamento dos governos estadual e federal.

Assim como o processo produtivo repassa as responsabilidades pela instalação de equipamentos urbanos ao Estado, também este último, na medida do possível, repassa esta incumbência à população, principalmente quando "faltam verbas". As verbas existentes com frequência são

direcionadas para os bairros onde reside a população de maior poder aquisitivo (e que portanto pode pagar bem por estes serviços), e onde estão localizadas as empresas de porte (que exercem grande poder de influência e pressão).

A pesquisa verificou que o centro de Blumenau, e também os bairros mais próximos, como Bom Retiro, Jardim Blumenau e Petrópolis (que abrigam a parcela de renda mais alta da população), figuram muito pouco na imprensa reivindicando benfeitorias.

O bairro de Itoupava Norte, que tinha em 1984 uma população calculada em 12.830 habitantes, 41 indústrias, 167 estabelecimentos comerciais e 143 empresas prestadoras de serviços, figurou com frequência nas relações de localidades atendidas por benfeitorias. O problema mais sério da região são córregos de esgotos não canalizados, sendo que muitas vezes, os tubos para efetuar a canalização ficavam jogados por mais de três anos em terrenos baldios.¹⁴³

Em outubro de 1981, a imprensa publicou queixas de moradores da rua Aurora, naquele bairro, nas quais se reclamava sobre um esgoto não canalizado desde 1977, mais ou menos. A Prefeitura mandou construir uma rede de esgotos para um conjunto de aproximadamente vinte casas, todas de alto padrão, situadas no alto de uma colina, na continuação da rua Aurora. Mas não completou o trabalho e, tão logo as tubulações da rede sanitária ultrapassavam os limites do sofisticado loteamento, o seu prosseguimento interrompia-se,

ficando o esgoto descoberto e causando inundações em vários terrenos.
144

O mesmo descaso da Prefeitura podia ser verificado no bairro Garcia. A rua Araranguá, situada numa posição geográfica bastante disforme (cercada de morros), é tida como uma das zonas mais pobres de Blumenau. O maior problema é a falta de água, sendo frequente o SAMAE cobrar a taxa integral todos os meses, mesmo os moradores ficando até 15 dias sem receber o líquido em suas torneiras. O caminhão leva água quando faz sol, pois com a chuva é impossível subir os morros da região. Caracterizada por submoradias, com uma população de aproximadamente 5 mil pessoas no ano de 1982, a região da rua Araranguá tem todos os tipos de problemas. O abandono é tanto, que muitos moradores afirmavam que mentiam ao informar seu endereço, para não perderem o emprego ou o crédito comercial, pois o local tinha péssima reputação. Segundo alguns moradores daquela rua, a Prefeitura exige deles a canalização da fossa séptica até a margem da rua, mas não se encarrega de executar sua ligação com a rede existente. Com isso, os esgotos correm a céu aberto até a boca de lobo mais próxima.

Para o Estado, segundo COSTA, é "dominante a tendência de privatização dos serviços urbanos. Significa cobrar do usuário todo o custo real do serviço prestado, portanto limitar violentamente a parcela da população a ser atendida."
145 Em Blumenau, na região acima do rio,

reservada para a expansão urbana (vide Figura 10), a ocupação é praticamente rural. A energia elétrica está presente, mas falta pavimentação e extensão de redes para distribuição de água. Segundo a Prefeitura, quem paga por esses serviços é o usuário. Sendo assim, a lógica do poder público local é a de que se faz necessário primeiro que haja uma ocupação maciça, a qual venha então a justificar o investimento nestas regiões.¹⁴⁶

A atuação do poder público segue interesses políticos. É importante para o Estado demonstrar sua disposição de atender aos anseios da população, quando esta pode lhe dar um retorno mais palpável, nas urnas. Exemplo disto verificou-se na região do Garcia. Com a maioria de sua área revestida de florestas, os bairros (ou sub-bairros) que formam o Garcia - Progresso e Jordão - ainda passam por muitas dificuldades. São ruas sem pavimentação, com muita poeira e lama. Os locais mais afastados são de difícil acesso e os ribeirões estão muito assoreados. Os esgotos correm a céu aberto e, em 1988, os moradores afirmavam que durante uma das últimas campanhas eleitorais, a Prefeitura chegou a espalhar tubos ao longo da vala de esgoto, para ¹⁴⁷ depois do pleito retirá-los sem executar a canalização. Provavelmente, porque a população não respondeu como se esperava às promessas empenhadas...

5.3 - A Comunidade

A nível nacional, a partir da segunda metade da década de 1970, começam a surgir movimentos reivindicatórios urbanos. Seus objetivos eram diversos, como luz, água, esgotos, melhoria nos transportes, posse da terra, prestações compatíveis com os reajustes salariais e regularizações de loteamentos clandestinos. ¹⁴⁸

O crescimento da região central do município de Blumenau, com a elitização de algumas áreas privilegiadas, força a população (tanto a nativa como a que migra de outras localidades) a procurar bairros mais distantes para se instalar. Ocorre que grande parte da periferia é desprovida dos serviços básicos de infra-estrutura, e à medida que se intensifica a ocupação do espaço, a população se mobiliza no sentido de obter da municipalidade a extensão dos serviços urbanos de que necessita. Esta mobilização originou as "associações de moradores", as quais, em virtude de sua força de pressão, estão desempenhando o trabalho dos vereadores. Em 1985 elas não existiam, em 1990 havia perto de 30 destas sociedades, e hoje elas somam mais de 70. Assim se deu com o bairro da Velha, que recebeu um grande afluxo populacional após as enchentes de 1983 e 1984, as quais atingiram seriamente a região central da cidade, e direcionaram a expansão urbana para regiões planas e secas como o prolongamento da Velha. Hoje o bairro começa a ter representatividade e é um dos que mais crescem em Blumenau.

O mesmo se pode dizer do bairro de Itoupava Norte, que foi privilegiado algumas vezes com projetos habitacionais e apresenta boas condições de infra-estrutura. Isto se deve à força da população, pois aquela região sempre teve muitos vereadores na Câmara Municipal.

A comunidade aparece muitas vezes financiando parte das obras realizadas, com material e contribuições em espécie, ou ainda com seu próprio trabalho, através do sistema de mutirão. Em março de 1979, foi feita a canalização dos esgotos pluviais e domiciliares da rua 25 de Julho, na Itoupava Norte, numa extensão de 200 metros. A Prefeitura forneceu apenas a mão-de-obra, pois os tubos de 80 cm de diâmetro foram doados pela população.¹⁵⁰ Importante também foi a participação estrangeira, através da comunidade cristã da Alemanha. No período de 1962 a 1966, registrou-se apenas a construção de casas para flagelados de enchentes, num total de 26 unidades, com a colaboração da Legião Brasileira de Assistência e do Consulado da República Federal da Alemanha.¹⁵¹

Como já foi mencionado anteriormente, o Loteamento São Paulo Apóstolo, implantado pela Prefeitura para abrigar as famílias flageladas nas enchentes de 1983, somente foi possível devido às doações da Paróquia de São Paulo Apóstolo (o que explica seu nome). Estes recursos foram obtidos na Alemanha e complementados com doações da comunidade blumenauense e da Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social de

REAÇÃO A ENCHENTE

152

Santa Catarina.

Muitas vezes os moradores da periferia blumenauense manifestaram-se na imprensa local, afirmando que, se quisessem usufruir de algum benefício, teriam de consegui-lo por sua conta. E isto se verificava mesmo quando se tratava de conjunto habitacional ou loteamento implantado pela Prefeitura Municipal, a qual se comprometera a prover o local de toda a infra-estrutura básica.

5.4 - Os promotores particulares

Com o desenvolvimento da aglomeração urbana de Blumenau, muitos colonos da região começaram a organizar pequenos loteamentos. Aqueles, que tinham condições, construíam chalés de madeira para serem alugados aos operários que estavam sendo recrutados pelas indústrias. 153

A intensificação do processo de industrialização elevou bastante a onda migratória em direção ao município, ocasionando sérios problemas de déficit habitacional.

Com a finalidade de explorar o baixo poder aquisitivo de determinada camada social, muitos loteadores retalham clandestinamente suas propriedades, e de tal maneira, que os lotes jamais poderão ser registrados no poder competente.

Alguns loteadores saldavam impostos atrasados de terras já invadidas e então se apossam da área. O passo seguinte é a divisão em lotes e a venda dos mesmos aos

ocupantes da propriedade, sem dispender um centavo sequer com benfeitorias.

A paisagem urbana de Blumenau é constituída também de vários pontos de favelização, decorrentes do crescimento da demanda por moradias, sem que houvesse a oferta correspondente. Os focos de sub-habitações localizam-se geralmente em áreas topograficamente inviáveis para urbanização, reservas florestais e locais de difícil acesso.

Esta situação de abandono em que vive uma parcela considerável de blumenauenses favorece a atuação de uma classe de aproveitadores, que comercializa lotes em condições irregulares ou ilegais. Houve denúncias inclusive, em determinada época, por parte de alguns loteadores, que diziam terem entregue alguns lotes à Prefeitura, em troca da concessão de infra-estrutura, como o abastecimento de água, por exemplo.

A participação de funcionários municipais em assentamentos irregulares também se verifica no Horto Florestal, no bairro Ponte do Salto, onde em três meses formou-se uma favela. Os barracos são ocupados por migrantes e blumenauenses, na fuga dos altos preços de aluguéis na cidade. Não há água, luz, esgoto nem condições de higiene. Em agosto de 1988, após um ano de ocupação, a favela já abrigava mil moradores. Os mais antigos lembram que chegaram ao local por indicação de funcionários do alto escalão da Prefeitura e denunciam que havia uma verdadeira máfia

interna na comercialização de lotes e casas. O "fundador" do loteamento, Rufino "Alemão", diz que foi para o Horto por indicação do assessor do Planejamento, Constantino Magno, em 10 de agosto de 1987. Outros que vieram também nesta época, asseguram que a indicação partia sempre de funcionários da Prefeitura, que mandavam até um fiscal para mostrar o local onde deveriam se instalar.

Muitas vezes a Prefeitura aprovava a implantação de diversos loteamentos, ficando a infra-estrutura por conta do loteador. Para garanti-la, a Prefeitura tomava daquele uma outra área em hipoteca. Porém, o empreendimento frequentemente não progredia, as benfeitorias não se realizavam e a questão acabava na Justiça. Quem saía perdendo no negócio eram os moradores, que eram obrigados a efetuar os serviços por sua própria conta.

Entre os promotores particulares podemos incluir as Cooperativas Habitacionais, como é o caso da Cooperativa Habitacional Verde Vale, que construiu em Blumenau 146 casas (vide Fig. 4). No bairro Água Verde foram edificadas 36 casas numa área de 15.523 m^2 , e no bairro de Itoupava Norte, 110 casas em 51.484 m^2 . O financiamento foi feito por 25 anos com o BNH, que selecionou como agente financiador a Caixa Econômica Federal, onde os sócios da Cooperativa fizeram a poupança. A firma que gerenciava as negociações entre o BNH e a Cooperativa era o Instituto de Orientação às Cooperativas - INOCOOP. Entretanto, problemas surgiram

com a Construtora responsável pelas obras, levando à demolição de algumas casas, devido à sua estrutura não se apresentar dentro dos padrões especificados no contrato. O descrédito da construtora junto a lojas de material de construção, obrigava a Cooperativa a arcar com mais esta ¹⁵⁷ responsabilidade, de efetuar as compras necessárias. Assim, as iniciativas deste tipo não prosperaram, restringindo-se às unidades supracitadas.

Estes são os agentes (antagônicos) identificados pelo presente trabalho como organizadores do espaço blumenauense. Sua origem é diversa, assim como seus objetivos. A contradição de interesses gera a crise urbana, cuja solução deve passar pela eliminação dos conflitos sociais, resultantes das associações de privilégios entre o Estado e o processo produtivo, e da ainda recente aliança entre as classes subalternas na busca de seus direitos.

NOTAS DE REFERÊNCIA

53. BLAY, E.A. Habitação: a política e o habitante. In: _____, A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. Petrópolis, Vozes, 1979, p.77
54. PERUZZO, D. Habitação: controle e espolição. São Paulo, Cortez, 1984, p.24/26
55. SCHMIDT, B. e FARRET, R. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p.13

56. BLAY, E.A. op.cit., p.78
57. PERUZZO, D. op.cit., p.29/31
58. AZEVEDO, S. & ANDRADE, L.A.G. Habitacão e Poder
da Fundaco da Casa Popular ao Banco Nacional da
Habitacão. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p.59
59. RODRIGUES, A.M. Moradia nas cidades brasileiras.
São Paulo, Contexto, 1988, p.57
60. AZEVEDO, S. & ANDRADE, L.A.G. op.cit, p.64
61. -----, p.62
62. Informaces orais na COHAB - SC.
63. JSC - 06/02/74
64. JSC - 18/06/75
65. JSC - 05 e 06/08/79
66. JSC - 20/02/82
67. AZEVEDO, S. & ANDRADE, L.A.G. op. cit., p.104
68. JSC - 19/05/84
69. JSC - 28 e 29/07/85
70. JSC - 10 e 11/08/86
71. AZEVEDO, S. & ANDRADE, L.A.G. op. cit., p.98
72. JSC - 12/08/86
73. JSC - 25/09/87
74. JSC - 29/01/88
75. JSC - 22/09/87
76. JSC - 18/12/87
77. JSC - 30/03/88
78. JSC - 13/04/88

79. JSC - 07/09/88
80. JSC - 04/04/89
81. JSC - 08/12/89
82. Informações orais na COHAB-SC
83. ASSEPLAN. Prefeitura Municipal de Blumenau. Plano Diretor de Blumenau/1988, p. 165
84. JSC - 19/03/87
85. COHAB/SC. Levantamento Sócio - Econômico para elaboração de Projeto Habitacional. Florianópolis, Dezembro/1987, n.p.
86. JSC - 12/10/74
87. JSC - 12/07/77
88. JSC - 16/05/85
89. JSC - 26 e 27/05/85
90. JSC - 17/07/87
91. MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das Indústrias de Blumenau. In: Revista Brasileira de Geografia, nº 3. Rio de Janeiro, jul./set.1965, p.141
92. JSC - 22/01/83
93. JSC - 20 e 21/01/80
94. JSC - 05/06/85
95. JSC - 17/05/74
96. JSC - 30/06/83
97. JSC - 31/05 e 01/06/87
98. JSC - 09/10/85
99. JSC - 05/08/87

100. Relatórios Administrativos da Prefeitura
Municipal de Blumenau, 1970/1972

- 101. JSC - 26/04/74
- 102. JSC - 04/03/82
- 103. JSC - 09 e 10/09/84
- 104. JSC - 30/10/85
- 105. JSC - 18/01/74
- 106. JSC - 07/08/76
- 107. JSC - 22/06/77
- 108. JSC - 07 e 08/09/78
- 109. JSC - 18/12/79
- 110. JSC - 1º e 02/08/82
- 111. JSC - 18/03/83
- 112. JSC - 27/07/84
- 113. JSC - 24/10/85
- 114. Relatório Administrativo Municipal de 1960
- 115. JSC - 06/12/73
- 116. JSC - 03/09/76
- 117. Relatório Administrativo Municipal de 1978
- 118. JSC - 23/03/84
- 119. JSC - 10/12/85
- 120. JSC - 18/12/87
- 121. AZEVEDO, S. & ANDRADE, L.A.G. op. cit., p.81
- 122. _____, p.83
- 123. JSC - 17/08/73
- 124. JSC - 31/05/75

125. JSC - 16/01/75
126. JSC - 15 e 16/07/73
127. JSC - 12/01/74
128. JSC - 12/07/74
129. Atas das reuniões da Comissão Municipal de Desenvolvimento Urbano e edições do Jornal de Santa Catarina.
130. JSC - 01/02/84
131. JSC - 10/11/84
132. JSC - 12/02/88
133. Informações orais na Prefeitura Municipal de Blumenau.
134. COSTA, L.C. Aspectos Político - Administrativos do Planejamento Urbano. In: TOLEDO, A.H.P & CAVALCANTI, M. (org). Planejamento Urbano em Debate. São Paulo, Cortez & Moraes, p.85
135. BLAY, E.A. (org) A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. Petrópolis, Vozes, 1979, p.79
136. CORRÊA, R.L. O Espaço Urbano. São Paulo, Ática, 1989, p.53
137. MAMIGONIAN, A. op.cit., p.136
138. JSC - 23/10/87
139. JSC - 19 e 20/09/82
140. JSC - 25/04/84
141. CORRÊA, R.L. op.cit., p.24
142. _____, p.26
143. JSC - 03/10/84
144. JSC - 16/10/81

145. COSTA, L.C. op. cit., p.90
146. Informações orais na Prefeitura Municipal de Blumenau.
147. JSC - 10/09/88
148. RODRIGUES, A.M. op.cit., p.62
149. Informações orais na Prefeitura Municipal de Blumenau.
150. JSC - 14/03/79
151. Relatórios Administrativos Municipais, 1962/1966
152. JSC - 19/05/84
153. MAMIGONIAN, A. op.cit., p.148
154. JSC - 20/10/87
155. JSC - 14 e 15/08/88
156. JSC - 24/01/79
157. JSC - 12/03/80

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas décadas de 1970 e 1980, Blumenau teve uma administração de oposição ao governo estadual (vide Quadro 2). Segundo informações prestadas em julho de 1991 pelo Sr. Pedro Antonio Neves Filho, assessor de planejamento da COHAB-SC, por esta razão política o município ficou por muito tempo à margem da concessão de verbas. A Prefeitura Municipal sempre mostrou grande desinteresse pelos vários projetos habitacionais apresentados, afirmando repetidas vezes que Blumenau não possuía déficit habitacional ou reduzindo as proporções do mesmo, contrariando assim acusações de vários parlamentares a respeito do assunto.

A precariedade de condições habitacionais da população blumenauense é também resultante da falta de planejamento na ocupação dos espaços urbanos, fato comprovado pela proliferação de novos loteamentos (localizados nos morros e sem nenhuma infra-estrutura básica), pela retirada da vegetação nativa e conseqüente erosão do solo, na construção de casas em cima da rua, dificultando posterior alargamento, entre outros.

QUADRO 2 - ALTERNÂNCIA PARTIDÁRIA DO PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL E ESTADUAL (1961 - 1990)

A) PREFEITOS DE BLUMENAU	
PERÍODO	PARTIDO POLÍTICO
1961 - 1966	U D N
1966 - 1970	P S D
1970 - 1973	M D B
1973 - 1977	M D B
1977 - 1982	P M D B
1983 - 1988	P M D B
1989 - 1990	P F L (Coligação)

B) GOVERNADORES DE SANTA CATARINA	
PERÍODO	PARTIDO POLÍTICO
1961 - 1966	P S D (Coligação)
1966 - 1971	P S D
1971 - 1975	A R E N A
1975 - 1979	A R E N A
1979 - 1983	P D S
1983 - 1987	P D S
1987 - 1990	P M D B

Fonte: Arquivo Histórico Profº José Ferreira da Silva
Fundação "Casa Dr. Blumenau"

Como reflexo da carência de moradias, muitas áreas de preservação permanente, protegidas por legislação federal, são invadidas, revelando também a baixa remuneração da população que, sem condições de pagar aluguel, adota esta estratégia. Aqueles que não se tornam invasores, são atraídos pelas suaves condições de pagamento oferecidas por loteadores inescrupulosos. Adquirem lotes em áreas irregulares, sem tomar conhecimento das exigências legais, acreditando que depois de quitarem seus débitos, tornar-se-ão donos da propriedade. A escrituração, entretanto, mostrar-se-á inviolável, para desespero da maioria.

Nem sempre a ilegalidade é decorrente da má fé dos loteadores. Grande parte deles desconhece o processo de desmembramento de seus terrenos, o que torna o loteamento clandestino involuntariamente.

Porém, há aqueles que, além de venderem um imóvel ilegal, fazem a comercialização para mais de uma pessoa, dando origem aos loteamentos fantasmas.

A hipótese básica que dirigiu este trabalho foi a de que a infra-estrutura urbana em Blumenau atendia basicamente às necessidades do processo produtivo.

Porém, após exaustiva pesquisa realizada junto à imprensa local (que se mostrou como o registro mais contínuo do que se fez em Blumenau) e relatórios dos serviços municipais, não foi possível confirmar plenamente a hipótese.

A indústria local teve importância fundamental no desenvolvimento e urbanização do município. Na falta dos

serviços essenciais à manutenção de suas atividades, ela os implantou, tais como usinas de eletricidade e rede telefônica, entre outros. Depois, essa incumbência foi paulatinamente repassada ao Estado, como forma de minimizar custos e maximizar lucros. Esta relação entre a iniciativa privada e o poder público já existia no século passado. Quando escassearam os recursos para execução de obras públicas, o Dr. Blumenau vendeu a colônia ao Governo Federal, o que trouxe prosperidade ao empreendimento.

Algumas empresas, como vimos, investiram em vilas operárias, visando fixar a mão-de-obra de que necessitavam. Estas iniciativas não são numericamente expressivas, apresentando-se dispersas no município: Não há registro de participação do processo produtivo em projetos habitacionais para populações de baixa renda, mesmo porque estas, por não comportarem a cobrança de juros ou custos reais, tornaram-se inviáveis até mesmo para o Estado.

O poder público local, sob a argumentação da falta de verbas, omitiu-se na realização de projetos populares, pois até mesmo o Programa de Mutirão, que tem a colaboração da comunidade, desenvolve-se lentamente. Os terrenos disponíveis para instalação de conjuntos habitacionais muitas vezes são bem localizados, em relação ao centro da cidade, mas em regiões impraticáveis para construção de moradias. Uma solução seria a desapropriação das áreas improdutivas, mantidas por especuladores em locais urbanizados com o objetivo de valorização.

A Prefeitura mantém um Fundo de Habitação Popular, criado através da regularização de edificações e indústrias, as quais foram construídas em desacordo com o Plano Diretor, durante a gestão do ex-prefeito Dalto dos Reis. Estas regularizações não se completaram totalmente, o que acarreta a falta de recursos para manutenção do Fundo. Seria interessante a utilização destes recursos para a criação de uma Companhia Habitacional a nível municipal, destinando-se também para isso a arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Os projetos de moradias populares desenvolvidos pelo governo municipal (ainda que não tenham sido executados no seu todo), foram em grande parte direcionados para a região norte da cidade, especialmente para o bairro de Itoupava Norte, que apresenta algumas indústrias e um bom nível de infra-estrutura.

Outros bairros que podem ser considerados privilegiados, por raramente figurarem na imprensa reivindicando atenção ou queixando-se de abandono, são os que formam a região central da cidade: o centro propriamente dito, o Bom Retiro, Jardim Blumenau, Petrópolis e Victor Konder. Deve-se levar em consideração que esta região faz parte do núcleo original de colonização e por onde a cidade começou a se expandir e urbanizar. São locais tradicionais, de famílias e empresas antigas.

Bairros mais distantes, como Garcia, Velha, Salto do

Norte, Testo Salto e a região das Itoupavas, apesar de abrigarem um número considerável de indústrias, apresentam sérios e constantes problemas urbanos. Exceção pode ser feita ao bairro de Itoupava Seca, onde não foram encontradas muitas queixas. Entre as empresas ali alocadas, podemos citar: Cremer S.A. Prod. Têxteis e Cirúrgicos, Cristais Hering S.A., Electro Aço Altona S.A., Empresa Editora Jornal de Santa Catarina Ltda., Hering S/A Brinquedos e Instrumentos Musicais, e Cia. Lorenz.

No que diz respeito ao saneamento básico (grande problema do município), é imprescindível a retomada do projeto de esgotos sanitários, atualizado, com a previsão de sistemas evolutivos, que acompanhem a expansão da cidade. Os esgotos particulares devem ser conectados a uma rede geral de coleta e posterior tratamento, eliminando-se assim a desagradável situação dos dejetos correndo a céu aberto (frequentes na periferia), focos de proliferação de doenças.

É necessário controlar com maior eficiência os despejos industriais, o que poucas empresas fazem atualmente, verificando-se facilmente a degradação que estes resíduos ocasionam nos corpos d'água. A maior parte das indústrias de Blumenau instalou-se às margens ou nas proximidades do rio Itajaí-Açu ou dos ribeirões que nele deságuam. Assim não são prejudicadas por problemas de distribuição, e não participam do processo de expansão das redes, pois são de certa maneira auto-suficientes.

Quem tem participação ativa junto ao poder público é

a comunidade, que se vê muitas vezes alijada de todas as benfeitorias que a urbanização pode trazer. No censo realizado em 1991, Blumenau apresentou um crescimento bem menor que o esperado. Isto significa uma redução, ainda que pequena, na demanda por equipamentos urbanos prevista pelos órgãos competentes.

É o momento de se fazer um trabalho conjunto, envolvendo todos os agentes que organizam e usufruem do espaço. A iniciativa privada, enquanto consumidora de mão-de-obra, tem que ser chamada a colaborar, promovendo a construção de casas para seus empregados ou auxiliando-os na aquisição das mesmas. Também devem participar os promotores imobiliários, a quem no momento não parece muito atraente o investimento em áreas muito distantes do centro e isoladas por falta de pontes.

Isto se deve exatamente ao fato de serem iniciativas isoladas. A população quer se mudar para a região desocupada da cidade e espera que as imobiliárias construam as casas. Os construtores e incorporadores imobiliários desejam que a Prefeitura dote a região de todos os melhoramentos possíveis. E a Prefeitura, por sua vez, espera que a população primeiro se mude para lá e passe a pagar pelas benfeitorias.

E nada se fará pela cidade enquanto não se romper este círculo vicioso de delegação de responsabilidades, na gestão de um espaço administrado por uma minoria, mas ocupado por todos.

BIBLIOGRAFIA GERAL

1. ASSEPLAN. Prefeitura Municipal de Blumenau. Plano Diretor de Blumenau, 1988.
2. AZEVEDO, S. & ANDRADE, L.A.G. Habitacão e Poder - da Fundaco da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitacão. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
3. BLAY, E.A. (org) A luta pelo espaco: textos de sociologia urbana. Petrópolis, Vozes, 1979.
4. CARLOS, A.F.A. Espaco e indústria. São Paulo, Contexto, 1991.
5. CASTELLS, M. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANTZAS, N. O Estado em Crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
6. ----- . Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
7. CASTRO, A.B. Sete ensaios sobre a economia brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.
8. COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Ata das reunies, Blumenau, s.d.
9. COHAB-SC. Levantamento sócio - econômico para elaboraco de Projeto Habitacional. Florianópolis, 1987.
10. CORRÊA, R.L. O Espaco Urbano. São Paulo, Atica, 1989.
11. ----- . Região e organizaco espacial. 2ª ed. São Paulo, Atica, 1987.

12. COSTA, L.C. Aspectos Político-Administrativos do Planejamento Urbano. In: TOLEDO, A.H.P. & CAVALCANTI, M. (org). Planejamento Urbano em Debate. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
13. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Cadastro Industrial. Florianópolis, 1991.
14. FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. Habitacão Popular - Inventário da ação governamental. Vol. II, 1984/86.
15. FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 22ª ed. São Paulo, Nacional, 1987.
16. GAPLAN. Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.
17. GEORGE, P. Geografia Urbana. São Paulo, Difel, 1983.
18. HERING, M.L.R. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, FURB, 1987.
19. IOB - Informações Objetivas, São Paulo, 1990.
20. JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, edições de setembro de 1971 a dezembro de 1989.
21. KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
22. LOJKINE, J. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
23. MAMIGONIAN, A. A industrialização da América Latina: o caso brasileiro. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundamentos para o ensino de Geografia. São Paulo, s. ed., 1988.

24. ----- . Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau. In: Revista Brasileira de Geografia, nº 3. Rio de Janeiro, Jul/set.1965.
25. MARX, K. Le Capital. In: LOJKINE, J. op.cit.
26. OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1987.
27. PERUZZO, D. Habitacão: controle e espoliacão. São Paulo, Cortez, 1984.
28. PIAZZA, W.F. & HUBENER, L.M. Santa Catarina: História da gente. 2ª ed. Florianópolis, Lunardelli, 1987.
29. PRADO JR., C. História Econômica do Brasil. 20ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.
30. PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Relatórios Administrativos Municipais. Blumenau, 1960 a 1973.
31. RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: Revista de Economia Política, vol. 1, nº 4, São Paulo, 1981.
32. RODRIGUES, A.M. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo, Contexto, 1988.
33. SCHMIDT, B.V. e FARRETE, R.L. A questão Urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
34. SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - Relatórios Anuais de Atividades. Blumenau, 1977 a 1990.
35. SEYFERTH, G. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre, Movimento, 1974.

36. SILVA, J.F. História de Blumenau. Florianópolis, Edeme, 1972.
37. SIMONSEN, R.C. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Nacional e Ed. da USP, 1973.
38. SINGER, P.I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1977.
39. SPOSITO, M.E.B. Capitalismo e urbanização. São Paulo, Contexto, 1991.
40. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. BIBLIOTECA CENTRAL. Normas para apresentação de Trabalhos. Curitiba, Ed. da UFPr, 1981.
41. VIEIRA Fº, A. As raízes da industrialização - Grupos Empresariais Catarinenses: origem e evolução. Florianópolis, Ed. do autor, 1976.

ANEXO_I

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS PUBLICADA EM 16/08/1979:

1. Rua Philipp Bauler (Itoupavazinha) : 1
2. Rua Júlio Heldrich (Garcia) : 1
3. Rua Antonio Zendron (Valparaíso) : 3
4. Rua Franz Mueller (Velha Grande) : 2
5. Rua Mal. Hermes da Fonseca (Salto Weissbach) : 1
6. Rua José Reuter (Velha Grande) : 3
7. Rua Felipe Wuerges (Fortaleza) : 1
8. Rua Itapuí (Garcia) : 1
9. Rua Progresso (Progresso) : 1
10. Rua Santa Terezinha (Progresso) : 1
11. Rua Rodolfo Frotschner (Velha Grande) : 1
12. Rua Francisco Kuebel (Vila Nova) : 1
13. Rua Coripós (Asillo) : 1
14. Rua dos Caçadores (Velha Grande) : 1
15. Rua Henrique Reif (Ponta Aguda) : 1

Fonte: Jornal de Santa Catarina

ANEXO_11

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS PUBLICADA EM 26/06/1980:

1. Rua Antonio Zendron (Valparaíso) : 3
2. Rua Júlio Heidrich (Garcia) : 1
3. Rua Itajaí (Vorstadt) : 2
4. Rua Philipp Bauler (Itoupavazinha) : 3
5. Rua Franz Mueller (Velha Grande) : 1
6. Rua Progresso (Progresso) : 2
7. Rua Felipe Wuerges (Fortaleza) : 1
8. Rua Rodolfo Frotschner (Velha Grande) : 1
9. Rua Christiano Karsten (Testo Salto) : 1
10. Rua Júlio Michel (Fortaleza) : 2
11. Rua Guilherme Scharf (Fidélis) : 2
12. Rua Henrique Reif (Ponta Aguda) : 2
13. Rua Fritz Koegler (Fortaleza) : 1
14. Rua Bruno Schreiber (Progresso) : 1
15. Rua Carlos Gomes (Progresso) : 1
16. Rua Bahia (Itoupava Seca) : 1
17. Rua N.Sra. de Fátima (Itoupava Norte) : 1
18. Rua das Missões (Ponta Aguda) : 1
19. Rua 19 de Janeiro (Fortaleza) : 1
20. Rua Francisco Benigno (Jordão) : 2
21. Rua Coripós (Asilo) : 1
22. Rua Werner Duwe (Badenfurt) : 2

23. Rua Araranguá (Garcia) : 2
24. Rua Alice Ferreira dos Santos (Badenfurt) : 1
25. Rua Francisco Becker (Velha Grande) : 1
26. Rua Francisco Runze (Asilo) : 1
27. Rua Prof. Matheus Braganholo (Asilo) : 1

Fonte: Jornal de Santa Catarina

ANEXO III

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS PUBLICADA EM 09/10/1981:

1. Rua Prof. Matheus Braganholo (Asilo) : 1
2. Rua Francisco Runze (Asilo) : 1
3. Rua Alice Ferreira dos Santos (Badenfurt) : 1
4. Rua Araranguá (Garcia) : 2
5. Rua Francisco Benigno (Jordão) : 1
6. Rua das Missões (Ponta Aguda) : 1
7. Rua Fritz Koegler (Fortaleza) : 2
8. Rua Henrique Reif (Ponta Aguda) : 3
9. Rua Guilherme Scharf (Fidélis) : 1
10. Rua Júlio Michel (Fortaleza) : 1
11. Rua Rodolfo Frotschner (Velha Grande) : 3
12. Rua Franz Mueller (Velha Grande) : 3
13. Rua Philipp Bauler (Itoupavazinha) : 2
14. Rua Itajaí (Vorstadt) : 1
15. Rua Júlio Heiden (Progresso) : 1
16. Rua Bahia (Itoupava Seca) : 1
17. Rua Militão Schneider (Ponta Aguda) : 1
18. Rua Itaipu (Garcia) : 1
19. Rua Frederico Jensen (Salto do Norte) : 1
20. Rua Francisco Vahldieck (Fortaleza) : 1
21. Rua Gustavo Zimmermann (Fidélis) : 1
22. Rua Germano Kratz Neto (Velha Grande) : 1

23. Rua Antonio Zendron (Valparaíso) : 1

Fonte: Jornal de Santa Catarina

ANEXO IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Q U E S T I O N Á R I O
- - - - -

EMPRESA: _____

- 1) Em que ano esta empresa instalou-se em Blumenau?
- 2) Receberam algum tipo de incentivo por parte da Prefeitura?
- 3) Em caso positivo, que espécie de incentivos?
- 4) Quando da instalação da empresa, a infra-estrutura urbana já existia na área? Teve alguma influência na escolha da área?
- 5) Após a instalação, a área foi provida de equipamentos urbanos antes inexistentes? Qual a participação da empresa para a obtenção destas melhorias?
- 6) A empresa teve, desde o início de suas atividades, algum projeto de construção de casas para seus empregados, ou auxílio na obtenção das mesmas?
- 7) Em caso positivo, quando e como se deu este processo?
- 8) Observações: